

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS

2025 3º trimestre





Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística - DIROFL
Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade – CGOFC
Coordenação de Contabilidade – CCONT

Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
3º Trimestre de 2025

PRESIDENTE

- Gilberto Waller Júnior

DIRETORA DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E LOGÍSTICA

- Manuella Andrade P. de S. Silva

COORDENADOR-GERAL DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE

- Omar Ney Nogueira Moraes

COORDENADORA DE CONTABILIDADE

- Elaine Cristina Rodrigues

EQUIPE TÉCNICA

- Alcides Rogério da Silva Borba
- Cristiani da Silva Botelho de Andrade
- Daniel Leitão da Costa
- Fernanda de Sousa Ferreira Mendonça
- Josbete Monsueth Alves dos Santos
- Juliana Faustino Veiga Neves
- Juliano Lisboa Silva
- Leonardo de Sousa Oliveira
- Roberson Coelho de Abrantes
- Vanderlei Padilha de Almeida



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
3º Trimestre de 2025

Sumário

1. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	15
1.1. Balanço Patrimonial.....	15
1.2. Demonstração das Variações Patrimoniais.....	20
1.3. Balanço Orçamentário.....	24
1.4. Balanço Financeiro.....	28
2. INFORMAÇÕES GERAIS.....	30
2.1. Benefícios Assistenciais do LOAS e BPC.....	30
2.2. Repasses Recebidos.....	35
2.3. Estrutura Organizacional do INSS.....	36
2.4. Ações Realizadas.....	37
2.5. Devolução dos Descontos de Mensalidades Associativas.....	46
3. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS.....	46
3.1.1. Caixa e equivalentes de caixa.....	47
3.1.2. Demais Créditos e Valores a Curto Prazo.....	48
3.1.3. Estoques.....	48
3.1.4. Variação Patrimonial Diminutiva Paga Antecipadamente.....	48
3.1.5. Ativo Realizável a Longo Prazo.....	49
3.1.6. Imobilizado.....	49
3.1.7. Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo.....	50
3.1.8. Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo.....	50



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
3º Trimestre de 2025

3.1.9. Obrigações Fiscais a Curto Prazo	50
4. COMPOSIÇÃO DOS PRINCIPAIS ITENS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	50
4.1. BALANÇO PATRIMONIAL	51
Nota 1 – Ativo	51
Nota 2 - Ativo Circulante	53
Nota 3 - Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	56
Nota 4 - Ajuste para Perdas dos Créd. Dano ao Patrim. Curto Prazo e Longo Prazo	57
Nota 5 - Ativo Não Circulante	62
Nota 6 - Passivo	65
Nota 7 - Passivo Circulante	66
Nota 8 - Passivo Não Circulante	68
Nota 9 - Provisão do Estoque de Benefícios	68
Nota 10 - Provisão dos Requerimentos de Benefícios Pendentes no INSS/CRPS	73
Nota 11 - Passivo Contingente	77
Nota 12 - Monitoramento Operacional	78
Nota 13 - RPV e Precatórios	79
Nota 14 - Compensação Previdenciária	80
Nota 15 - Patrimônio Líquido	84
4.2. DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - DVP	86
Nota 16 - Demonstrações das Variações Patrimoniais (DVP)	88
Nota 17 - Receita da Folha de Benefícios	97



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística - DIROFL
Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade – CGOFC
Coordenação de Contabilidade – CCONT

Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
3º Trimestre de 2025

Nota 18 - Custo do Consignado.....	101
ANEXO I - Percentual Médio de Não Recebimento - Curto Prazo.....	105
ANEXO II - Percentual Médio de Não Recebimento por Superintendência - Curto Prazo	110
ANEXO III - Percentual Médio de Não Recebimento por Superintendência - Longo Prazo	112



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
3º Trimestre de 2025

LISTA DE SIGLAS

APS.....	Agência	da
Previdência Social		
BF.....	Bala	
nço Financeiro		
BO.....	Balanço	
Orçamentário		
BP.....	Balan	
ço Patrimonial		
BPC.....	Benefício de Prestação	
Continuada		
CCONT.....	Coordenação	de
Contabilidade		
CF.....	Constit	
uição Federal		
CNPJ.....	Cadastro Nacional	de
Pessoa Jurídica		
COVID-19.....	Coronavirus	
Disease 2019		
CPTCE.....	Comissão Permanente de Tomada de Contas	
Especial		



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
3º Trimestre de 2025

DATAPREV.....	Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social
DICOMP-RPPU.....	Divisão de Compensação Previdenciária do RPPU
DIROFL.....	Diretoria de Orçamento, Finanças e Contabilidade
DVP.....	Demonstração da Variação Patrimonial
DRU.....	Desvinculação de Receitas da União
EPU.....	Encargo Previdenciário da União
IAPAS.....	Instituto de Admin. Financeira da Previdência e Assistência Social
INSS.....	Instituto Nacional do Seguro Social
ISF.....	Indicador de Superávit Financeiro
ISF.....	‘F’ Indicador de Superávit Financeiro - Financeiro
ISF.....	‘P’ Indicador de Superávit Financeiro - Permanente



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
3º Trimestre de 2025

LOAS.....	Lei	Orgânica	da
Assistência Social			
LRF.....	Lei		de
Responsabilidade Fiscal			
MCASP.....	Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor		
Público			
MDS.....	Ministério		do
Desenvolvimento Social			
MTPS.....	Ministério	do	Trabalho e
Previdência Social			
NBCASP.....	Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor		
Público			
PREVIC.....	Superintendência	Nacional	de Previdência
Complementar			
RGPS.....	Regime	Geral	de
Previdência Social			
RMV.....			Renda
Mensal Vitalícia			
SGPIWEB.....	Sistema de Gerenciamento do Patrimônio		
Imobiliário			
SIAFI.....	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo		
Federal			



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística - DIROFL
Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade – CGOFC
Coordenação de Contabilidade – CCONT

Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
3º Trimestre de 2025

SIGA.....Sistema Orgânico de Gestão de Documentos
de Arquivo

SIOP.....Sistema Integrado de Planejamento e
Orçamento

SIRC.....Sistema Nacional de Informações de
Registro Civil

SPIUNET.....Sistema de Gerenciamento do Patrim. Imob. de Uso Especial da
União

STN.....Secretaria do
Tesouro Nacional

TCE.....Tomada de
Contas Especial

TCU.....Tribunal de
Contas da União

TED.....Termo de Execução
Descentralizado

VPD.....Variação Patrimonial
Diminutiva



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS

Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística - DIROFL

Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade – CGOFC

Coordenação de Contabilidade – CCONT

Instituto Nacional do Seguro Social – INSS

3º Trimestre de 2025



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
3º Trimestre de 2025

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Relação das Despesas com Loas.....	31
Tabela 2: Relação das Despesas com BLE	32
Tabela 3: Quantidade de Créditos Pagos por Espécie de Benefício	33
Tabela 4: Repasse Recebido pelo INSS	35
Tabela 5: Valores Pagos por Ação do Governo	37
Tabela 6: Valores Pagos por Programa de Governo	43
Tabela 7: Composição do Grupo Ativo Circulante	53
Tabela 8: Composição do Subgrupo Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	56
Tabela 9: Apuração do Ajuste de Perda dos Créditos Administrativos	58
Tabela 10: Apuração do Ajuste de Perda dos Créditos Administrativos	60
Tabela 11: Composição do Grupo Ativo Não Circulante	63
Tabela 12: Composição do Grupo Passivo Circulante.....	66
Tabela 13: Composição do Grupo Passivo Não Circulante	68
Tabela 14: Quantidade de Benefícios em Fila	69
Tabela 15: Percentual de Concessão por Espécie de Benefícios.....	70
Tabela 16: Provisão da Fila de Benefícios	72
Tabela 17: Provisão dos Estoques de Benefícios.....	72
Tabela 18: Quantidade de Requerimentos Pendentes de Análise no INSS/CRPS	74
Tabela 19: Percentual de Recursos Concedidos e Tempo Médio de Pagamento por Benefício no INSS/CRPS	76



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
3º Trimestre de 2025

Tabela 20: Provisão dos Requerimentos Pendentes de Análise no INSS/CRPS	77
Tabela 21: Passível Contingente Possível	78
Tabela 22: Quantitativo Físico e Financeiro	79
Tabela 23: Despesas Patrimoniais com Determinações Judiciais e RPV	80
Tabela 24: Direitos e Obrigações Estimados Pendentes de Análise - COMPREV RPPU	81
Tabela 25: Quantitativo - COMPREV	81
Tabela 26: COMPREV - Passivo e Estoque	82
Tabela 27: Comprev - Longo Prazo.....	84
Tabela 28: Composição do Patrimônio Líquido	85
Tabela 29: Composição do Grupo Transferências e Delegações Recebidas	90
Tabela 30: Composição do Grupo Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	91
Tabela 31: Composição do Grupo Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	91
Tabela 32: Composição do Grupo Transferências e Delegações Concedidas.....	94
Tabela 33: Composição do Grupo Benefícios Previdenciários e Assistenciais	95
Tabela 34: Composição do Grupo das Desvalorizações, Perdas de Ativos e Incorporação de Passivo	96
Tabela 35: Resultado Patrimonial.....	97
Tabela 36: Receita do Leilão da Folha de Pagamento	98
Tabela 37: Relação dos Processos de Apuração do Custo do Consignado	103
Tabela 38: Custos do Consignado Apurado, Recebido e a Receber por Período de Apuração	104
Tabela 39: Saldo a Receber do Custo do Consignado	104



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS

Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística - DIROFL

Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade – CGOFC

Coordenação de Contabilidade – CCONT

Instituto Nacional do Seguro Social – INSS

3º Trimestre de 2025



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
3º Trimestre de 2025

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Quantidade de Créditos Emitidos	34
Gráfico 2 - Valores Pagos por Programa de Trabalho	44
Gráfico 3 - Composição do Ativo	51
Gráfico 4 - Composição do Ativo Circulante	54
Gráfico 5 - Composição do Ativo Não Circulante	63
Gráfico 6 - Composição do Passivo	65
Gráfico 7 - Saldos das Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas	86
Gráfico 8 - Composição das Variações Patrimoniais Aumentativas.....	88
Gráfico 9 - Composição das VPD	92
Gráfico 10 - Composição dos Leilões da Folha de Pagamento	99



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
3º Trimestre de 2025

1. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1.1. Balanço Patrimonial

Em milhares de reais

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	NE	2025	2024	ESPECIFICAÇÃO	NE	2025	2024
ATIVO CIRCULANTE	2	14.102.930	10.686.867	PASSIVO CIRCULANTE	7	201.969.776	107.925.862
Caixa e Equivalentes de Caixa		13.137.907	9.792.721	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo		5.133.504	4.468.840
Créditos a Curto Prazo		934.551	855.203	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo		-	-
Créditos de Transferências a Receber		-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo		478.430	360.990
Créditos de Transferências a Receber		-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo		4.934	142
Demais Créditos e Valores	3	934.551	855.203	Transferências Fiscais a Curto Prazo		-	-
Demais Créditos e Valores		941.923	861.917	Provisões a Curto Prazo		1.708.843	1.038.623
(-) Ajuste para Perdas em Demais		-7.372	-6.715	Demais Obrigações a Curto Prazo		194.644.066	102.057.267
Créditos a Curto Prazo		-	-				
Investimentos e Aplicações		-	-				
Temporárias a Curto Prazo		-	-				
Estoques a Curto Prazo		30.100	38.938				
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda		-	-				
VPDs Pagas Antecipadamente a Curto Prazo		371	5				
ATIVO NÃO CIRCULANTE	5	3.359.412	3.156.048	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	8	68.417	57.567
Ativo Realizável a Longo Prazo		275.719	152.233	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo		-	-
Créditos a Longo Prazo		275.719	152.233	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo		-	-
Créditos Previdenciários do RPPS		123.078	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo		57.140	57.140



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística - DIROFL
Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade – CGOFC
Coordenação de Contabilidade – CCONT

Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
3º Trimestre de 2025

Créditos Previdenciários do RPPS	123.078		Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores	152.640	152.233	Transferências Fiscais a Longo Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores	718.297	718.619	Provisões a Longo Prazo	-	-
(-) Ajuste para Perdas em Demais	-565.656	-566.386	Demais Obrigações a Longo Prazo	11.277	428
Créditos a Longo Prazo					
Estoques a Longo Prazo	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	202.038.193	107.983.430
Investimentos	-	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Participações Permanentes	-	-			
			ESPECIFICAÇÃO	2025	2024
Propriedades para Investimento	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	Reservas de Capital	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	Reservas de Lucros	-	-
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	Demais Reservas	117.254	117.254
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-	Resultados Acumulados	-184.693.105	-94.257.769
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Resultado do Exercício	-90.505.671	-14.521.917
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Resultados de Exercícios Anteriores	-94.257.769	-79.551.925
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Ajustes de Exercícios Anteriores	70.334	-183.927
Imobilizado	3.064.957	2.985.079	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
Bens Móveis	261.691	162.039	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	-184.575.851	-94.140.515
Bens Móveis	621.344	607.637			
	-359.653	-445.598			



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
3º Trimestre de 2025

(-)						
Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis						
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-				
Bens Imóveis	2.803.266	2.823.040				
Bens Imóveis	2.803.266	2.823.040				
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-	-				
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-				
Intangível	18.736	18.736				
Softwares	18.736	18.736				
Softwares	18.736	18.736				
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-				
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-				
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-				
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-				
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-				
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-				
Direitos de Uso de Imóveis	-	-				
Direitos de Uso de Imóveis	-	-				
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-				



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística - DIROFL
Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade – CGOFC
Coordenação de Contabilidade – CCONT

Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
3º Trimestre de 2025

(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis Patrimônio Cultural Patrimônio Cultural (-) Amortização Acumulada de Patrimônio Cultural (-) Redução ao Valor Recuperável de Patrimônio Cultural Diferido		- - - - -	- - - - -			
TOTAL DO ATIVO		17.462.342	13.842.915	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		17.462.342 13.842.915

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2025	2024	ESPECIFICAÇÃO	2025	2024
ATIVO FINANCEIRO	13.137.907	9.818.978	PASSIVO FINANCEIRO	27.713.373	7.146.804
ATIVO PERMANENTE	4.324.435	4.023.937	PASSIVO PERMANENTE	195.419.964	102.089.428
SALDO PATRIMONIAL	205.670.995	95.393.316			

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2025	2024	ESPECIFICAÇÃO	2025	2024
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	21.127.511	402.962	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	4.635.788	2.205.004
Atos Potenciais Ativos	21.127.511	402.962	Atos Potenciais Passivos	4.635.788	2.205.004



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística - DIROFL
Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade – CGOFC
Coordenação de Contabilidade – CCONT

Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
3º Trimestre de 2025

Garantias e Contragarantias Recebidas	91.428	85.092	Garantias e Contragarantias Concedidas	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	21.031.394	298.413	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres	-	-
Direitos Contratuais	4.688	19.457	Obrigações Contratuais	4.635.788	2.205.004
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
TOTAL	21.127.511	402.962	TOTAL	4.635.788	2.205.004

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Não Vinculados	-76.960
Recursos Vinculados	-14.498.505
Seguridade Social (Exceto Previdência)	-14.384.500
Previdência Social (RPPS)	-96.605
Dívida Pública	-17.400
TOTAL	-14.575.466



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
3º Trimestre de 2025

1.2. Demonstração das Variações Patrimoniais

Em milhares de reais

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
	NE	2025	2024
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	16	910.839.006	836.812.071
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		-	-
Impostos		-	-
Taxas		-	-
Contribuições de Melhoria		-	-
Contribuições		0	-
Contribuições Sociais		0	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico		-	-
Contribuição de Iluminação Pública		-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais		-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		5.959.160	5.391.645
Venda de Mercadorias		-	-
Vendas de Produtos		-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		5.959.160	5.391.645
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		68.056	39.671
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		-	-
Juros e Encargos de Mora		17.013	12.497
Variações Monetárias e Cambiais		1.155	2.807
Descontos Financeiros Obtidos		-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		49.887	24.366
Aportes do Banco Central		-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		-	-
Transferências e Delegações Recebidas		900.708.801	829.519.995
Transferências Intragovernamentais		900.697.836	829.516.228
Transferências Intergovernamentais		-	-
Transferências das Instituições Privadas		-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais		-	-
Transferências de Consórcios Públicos		-	-
Transferências do Exterior		-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes		-	-



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística - DIROFL
Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade – CGOFC
Coordenação de Contabilidade – CCONT

Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
3º Trimestre de 2025

Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	10.965	3.767
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	2.947.849	883.021
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	225	35
Ganhos com Desincorporação de Passivos	2.947.624	882.986
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	1.155.140	977.739
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-77
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	810.578	690.952
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	344.562	286.863
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	16 1.001.344.677	914.284.877
Pessoal e Encargos	3.000.049	2.831.750
Remuneração a Pessoal	2.413.970	2.181.779
Encargos Patronais	464.684	418.712
Benefícios a Pessoal	78.474	190.370
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	42.920	40.889
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	97.108.046	84.477.670
Aposentadorias e Reformas	4.109.486	3.840.202
Pensões	1.649.784	1.556.048
Benefícios de Prestação Continuada	91.302.647	79.040.965
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	46.129	40.454
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	1.353.919	1.368.289
Uso de Material de Consumo	44.811	33.366
Serviços	1.286.912	1.317.522
Depreciação, Amortização e Exaustão	22.196	17.400
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	1.732	1.215
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	1.485	1.159
Variações Monetárias e Cambiais	205	55



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística - DIROFL
Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade – CGOFC
Coordenação de Contabilidade – CCONT

Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
3º Trimestre de 2025

Descontos Financeiros Concedidos	41	1
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	1	-
Transferências e Delegações Concedidas	801.244.112	746.738.872
Transferências Intragovernamentais	801.233.629	746.737.389
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	454	571
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	10.029	912
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	95.254.573	78.245.765
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	667	36
Perdas com Alienação	-	81
Perdas Involuntárias	21	0
Incorporação de Passivos	95.248.857	78.226.713
Desincorporação de Ativos	5.029	18.935
Tributárias	51.059	57.022
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.263	1.418
Contribuições	49.796	55.603
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	3.331.187	564.296
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	1.538.172	500.541
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	1.793.015	63.755
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-90.505.671	-77.472.807



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística - DIROFL
Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade – CGOFC
Coordenação de Contabilidade – CCONT

Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
3º Trimestre de 2025

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS			
		2025	2024



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
3º Trimestre de 2025

1.3. Balanço Orçamentário

Em milhares de reais

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	8.014.126	8.014.126	4.451.624	-3.562.502
Receita Tributária	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receita de Contribuições	-	-	0	0
Contribuições Sociais	-	-	0	0
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social	-	-	-	-
Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	7.994.638	7.994.638	4.430.722	-3.563.917
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	5.351	5.351	1.825	-3.527
Valores Mobiliários	518	518	98	-421
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	7.988.769	7.988.769	4.428.799	-3.559.970
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receita de Serviços	14.934	14.934	2.207	-12.728
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	14.934	14.934	2.207	-12.728
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística - DIROFL
Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade – CGOFC
Coordenação de Contabilidade – CCONT

Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
3º Trimestre de 2025

Outras Receitas Correntes	4.553	4.553	18.696	14.143
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	3.610	3.610	347	-3.263
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	899	899	6.067	5.168
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	44	44	12.281	12.237
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortizações de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS	8.014.126	8.014.126	4.451.624	-3.562.502
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	8.014.126	8.014.126	4.451.624	-3.562.502
DÉFICIT			118.620.641	118.620.641
TOTAL	8.014.126	8.014.126	123.072.265	115.058.139
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS	-	3.850.282	-	-3.850.282
Superávit Financeiro	-	3.312.825	-	-



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística - DIROFL
Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade – CGOFC
Coordenação de Contabilidade – CCONT

Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
3º Trimestre de 2025

Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados	-	537.458	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	15.209.860	19.054.543	123.046.323	103.032.454	96.571.784	-103.991.781
Pessoal e Encargos Sociais	10.779.882	11.283.056	8.042.198	7.923.357	7.004.747	3.240.858
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	4.429.979	7.771.487	115.004.126	95.109.097	89.567.037	-107.232.639
DESPESAS DE CAPITAL	33.700	39.300	25.942	5.840	875	13.359
Investimentos	33.700	39.300	25.942	5.840	875	13.359
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	15.243.560	19.093.843	123.072.265	103.038.294	96.572.658	-103.978.422
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	15.243.560	19.093.843	123.072.265	103.038.294	96.572.658	-103.978.422
TOTAL	15.243.560	19.093.843	123.072.265	103.038.294	96.572.658	-103.978.422

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	819.457	410.293	170.868	170.028	2.859	1.056.863
Pessoal e Encargos Sociais	38.935	20.790	7.396	7.396	-	52.329



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística - DIROFL
Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade – CGOFC
Coordenação de Contabilidade – CCONT

Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
3º Trimestre de 2025

Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	780.522	389.503	163.472	162.632	2.859	1.004.534
DESPESAS DE CAPITAL	18.075	14.197	13.345	13.311	165	18.796
Investimentos	18.075	14.197	13.345	13.311	165	18.796
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	837.532	424.490	184.213	183.338	3.023	1.075.660

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	2.291	5.754.942	5.754.648	32	2.553
Pessoal e Encargos Sociais	-	756.095	756.095	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	2.291	4.998.847	4.998.553	32	2.553
DESPESAS DE CAPITAL	-	243	243	-	-
Investimentos	-	243	243	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	2.291	5.755.185	5.754.890	32	2.553



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
3º Trimestre de 2025

1.4. Balanço Financeiro

Em milhares de reais

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2025	2024	ESPECIFICAÇÃO	2025	2024
Receitas Orçamentárias	4.451.624	5.491.870	Despesas Orçamentárias	123.072.265	111.750.571
Recursos Não Vinculados	269.304	-	Recursos Não Vinculados	5.324.240	1.571.176
Recursos Vinculados	4.457.925	5.496.472	Recursos Vinculados	117.748.025	110.179.395
Seguridade Social (Exceto Previdência)	4.453.491	5.496.472	Seguridade Social (Exceto Previdência)	117.488.888	108.853.653
Previdência Social (RPPS)	-	-	Previdência Social (RPPS)	259.137	1.270.237
Previdência Social (RGPS)	0	-	Fundos, Órgãos e Programas	-	55.506
Recursos Não Classificados	4.435	0			
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-275.605	-4.603			
Transferências Financeiras Recebidas	900.388.219	829.457.834	Transferências Financeiras Concedidas	801.200.487	746.550.742
Resultantes da Execução Orçamentária	861.927.387	796.207.813	Resultantes da Execução Orçamentária	760.426.510	713.686.370
Repasse Recebido	855.106.326	788.703.605	Repasse Concedido	753.605.257	706.175.437
Sub-repasse Recebido	6.819.655	7.504.208	Sub-repasse Concedido	6.819.655	7.504.208
Sub-repasse Devolvido	1.406	-	Repasse Devolvido	192	6.724
Independentes da Execução Orçamentária	38.460.832	33.250.020	Sub-repasse Devolvido	1.406	-
Transferências Recebidas para Pagamento de	34.889.658	31.252.037	Independentes da Execução Orçamentária	40.773.977	32.864.372
RP			RP		
Demais Transferências Recebidas	2	601	Transferências Concedidas para Pagamento de	34.842.666	30.636.119
Movimentação de Saldos Patrimoniais	3.571.172	1.997.383	Demais Transferências Concedidas	175.147	601
Aporte ao RPPS	-	-	Movimento de Saldos Patrimoniais	5.756.164	2.227.651
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
			Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	28.773.659	29.336.309	Pagamentos Extraorçamentários	5.995.564	5.219.319
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	6.465.636	5.596.404	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	5.754.890	4.940.866
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	20.033.971	23.398.567	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	183.338	260.732
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	65.571	64.996	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	57.335	17.659
Outros Recebimentos Extraorçamentários	2.208.481	276.342	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	62



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística - DIROFL
Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade – CGOFC
Coordenação de Contabilidade – CCONT

Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
3º Trimestre de 2025

Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	11	91	Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores		62
Arrecadação de Outra Unidade	1.910.919	227.910			
Demais Recebimentos	297.551	48.341			
Saldo do Exercício Anterior	9.792.721	7.696.877	Saldo para o Exercício Seguinte	13.137.907	8.462.258
Caixa e Equivalentes de Caixa	9.792.721	7.696.877	Caixa e Equivalentes de Caixa	13.137.907	8.462.258
TOTAL	943.406.223	871.982.890	TOTAL	943.406.223	871.982.890



2. INFORMAÇÕES GERAIS

O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Previdência Social, com sede no Setor de Autarquias Sul, Quadra 2, Bloco O, Asa Sul, Brasília – DF, CEP 70.070-946. Está inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) da Receita Federal do Brasil sob o nº 29.979.036/0001-40.

O INSS foi instituído pela Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, e regulamentado pelo Decreto nº 99.350, de 27 de junho de 1990, a partir da fusão do Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social (IAPAS) com o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), ambos vinculados ao Ministério do Trabalho e da Previdência Social (MTPS).

Em 2014, ocorreu a cisão das atividades relacionadas à prestação de serviços de caráter previdenciário e assistencial. Nesse contexto, os benefícios previdenciários passaram a ser pagos pelo Fundo do Regime Geral de Previdência Social (FRGPS), enquanto o INSS ficou responsável pelos benefícios assistenciais, pelos Benefícios de Legislação Específica (BLE), bem como pelas despesas de custeio relativas à manutenção, concessão e gerenciamento desses benefícios.

Compete ao INSS conceder, manter e gerir os benefícios e serviços previdenciários do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), conforme estabelecido pela Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e pelo artigo 68 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) nº 101, de 4 de maio de 2000. Além disso, o INSS também é responsável pela concessão de benefícios de caráter assistencial, como o Benefício de Prestação Continuada (BPC), instituído pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS), e regulamentado pelo Decreto nº 6.214, de 26 de setembro de 2007.

2.1. Benefícios Assistenciais do LOAS e BPC

Conforme o artigo 20 da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), o Benefício de Prestação Continuada (BPC) garante um salário-mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com 65 anos ou mais, desde que comprovem não possuir meios de prover a própria subsistência, nem de tê-la provida por sua família.



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
3º Trimestre de 2025

Com a promulgação da LOAS, os benefícios de Renda Mensal Vitalícia (RMV) e Pensão Mensal Vitalícia (PMV) foram extintos e substituídos pelo BPC. Contudo, esses benefícios ainda permanecem em estoque, sendo mantidos apenas para os antigos beneficiários e seus dependentes, que continuam recebendo de acordo com as condições estabelecidas anteriormente.

A RMV, instituída pela Lei nº 6.179/1974, era destinada aos idosos com 70 anos ou mais e aos inválidos que não exercessem atividade remunerada, nem tivessem rendimentos mensais superiores a 60% de um salário-mínimo. Além disso, os beneficiários da RMV deveriam estar em situação de vulnerabilidade, ou seja, sem meios para prover sua subsistência.

A Tabela abaixo apresenta a relação das despesas com os Benefícios Assistenciais do LOAS no 3º trimestre de 2025 e 2024.

Tabela 1: Relação das Despesas com Loas

Em milhares de reais

Origem	NDD	3º Trimestre 2025	AV (%)	3º Trimestre 2024	AV. (%)	AH (%)
Loas	Benefício ao Deficiente	52.818.785	57,84	44.163.306	55,87	19,60
Loas	Benefício ao Idoso	37.790.518	41,39	34.151.338	43,21	10,66
Loas	Renda Mensal Vitalícia - Invalidez	661.965	0,72	683.075	0,86	(3,09)
Loas	Renda Mensal Vitalícia - Idade	33.180	0,04	39.939	0,05	(16,92)
Loas	Outros Benefícios ao Deficiente e ao Idoso	6.517	0,01	3.323	0,00	96,12
Total		91.310.964	100,00	79.040.982	100,00	15,52

Fonte: SIAFI

A tabela abaixo apresenta a relação das despesas com os Benefícios de Legislação Específica no 3º trimestre de 2025 e 2024.



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
3º Trimestre de 2025

Tabela 2: Relação das Despesas com BLE

Em milhares de reais

Origem	NDD	3º Trimestre 2025	AV (%)	3º Trimestre 2024	AV. (%)	AH (%)
Ble	Complementação de Aposentadorias - Pes Civil	358.212	32,00	356.339	33,61	0,53
Ble	Complementação de Pensões - Pessoal Civil	327.062	29,21	321.612	30,33	1,69
Ble	Pensões Vitalícias de Seringueiros	161.180	14,40	160.860	15,17	0,20
Ble	Pensões das Vítimas da Hanseníase	82.531	7,37	76.536	7,22	7,83
Ble	Pensões da Síndrome de Talidomida	77.604	6,93	70.895	6,69	9,46
Ble	Pensões de Anistiados Políticos	61.790	5,52	62.007	5,85	(0,35)
Ble	Renda Mensal Vitalícia - Pensão Especial Microcefalia	47.559	4,25	8.936	0,84	432,23
Ble	Pensões Graciosas/Indeniz - Leis Específicas	2.110	0,19	1.610	0,15	31,05
Ble	13º Salário - Pensões Civil - EPU	927	0,08	915	0,09	1,34
Ble	Pensões das Vítimas da Hemodiálise de Caruaru	581	0,05	559	0,05	3,99
Ble	13º Salário - Pessoal Civil - Encargos Previdenciários da União - EPU	5	0,00	13	0,00	(65,20)
Total		1.119.562	100,00	1.060.282	100,00	5,59

Fonte: SIAFI

As quantidades de créditos pagos no 3º trimestre de 2025, por espécie de Benefícios com BLE e LOAS, estão discriminadas na tabela abaixo. Observa-se que foram pagos 58,37 milhões de créditos com benefícios pelo INSS, o que representa um aumento de 7,03% no quantitativo em comparação com o exercício anterior.



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
3º Trimestre de 2025

Tabela 3: **Quantidade de Créditos Pagos por Espécie de Benefício**

BLE e LOAS

Origem	Discriminação	3º Trimestre 2025	AV (%)	3º Trimestre 2024	AV. (%)	AH (%)
LOAS	LOAS	58.114.147	99,56	54.260.158	99,50	7,10
BLE	Rede Ferroviária	162.531	0,28	177.668	0,33	(8,52)
BLE	Hanseníase (Esp. 96)	35.704	0,06	37.564	0,07	(4,95)
BLE	ECT	29.332	0,05	31.262	0,06	(6,17)
BLE	Talidomida	11.152	0,02	10.990	0,02	1,47
BLE	Zika (Esp. 60)	6.610	0,01	6.348	0,01	4,13
BLE	Estatutário	4.767	0,01	5.059	0,01	(5,77)
BLE	Anistiados	3.913	0,01	4.087	0,01	(4,26)
BLE	Hemodiálise - Caruaru	384	0,00	396	0,00	(3,03)
Total		58.368.540	100,00	54.533.532	100,00	7,03

Fonte: SISPAGBEN

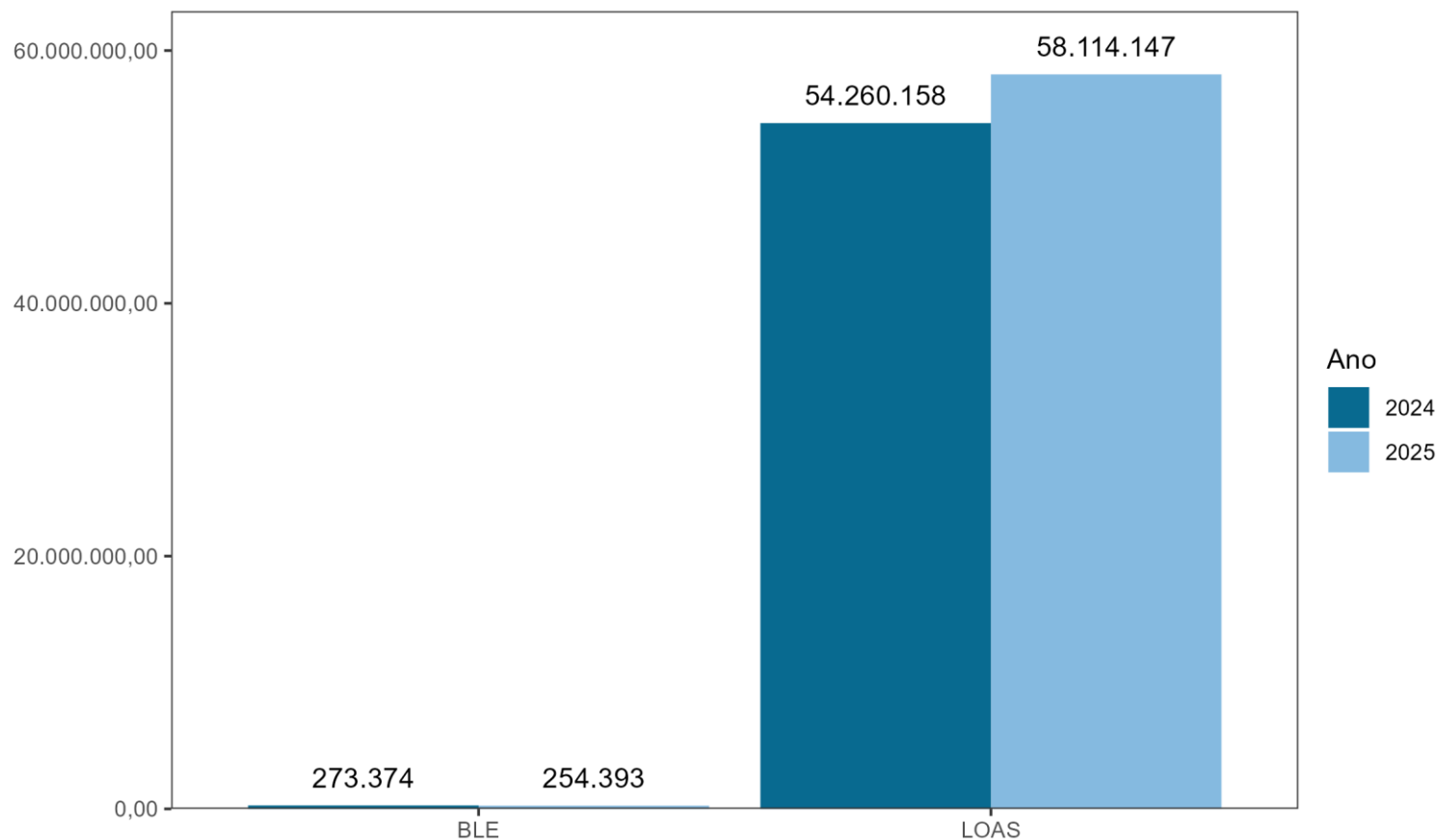
Com exceção dos créditos com LOAS, Talidomida e Zika, que apresentaram um aumento de 7,10%, 1,47% e 4,13%, respectivamente, as demais espécies de BLE e LOAS apresentaram redução na quantidade de créditos pagos. Essa redução é esperada no caso dos benefícios com BLE, devido às suas características, decorrentes de leis específicas para determinados grupos, que, com o passar dos anos, tendem a diminuir devido ao falecimento de seus beneficiários.

O gráfico abaixo apresenta a quantidade de créditos pagos no 3º trimestre de 2025 e 2024.



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
3º Trimestre de 2025

Gráfico 1 - Quantidade de Créditos Emitidos



Fonte: DATAPREV



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
3º Trimestre de 2025

O aumento/redução nas despesas com os benefícios assistenciais pagos pelo INSS, como a LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social) e o BLE (Benefícios de Legislação Especial), pode ser explicado por alguns fatores, sendo o reajuste do salário-mínimo uma das principais causas, juntamente com a variação no número de beneficiários. O reajuste do salário-mínimo impacta diretamente os valores pagos nos benefícios assistenciais, pois muitos deles são calculados com base no salário-mínimo, assim como o número de pessoas elegíveis para a concessão de benefícios assistenciais.

2.2. Repasses Recebidos

Os recursos financeiros destinados ao pagamento dos benefícios previdenciários e assistenciais são transferidos da Setorial Financeira do Ministério da Previdência Social para a Setorial Financeira do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). No entanto, as fontes de recursos que são exclusivamente destinadas ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social (FRGPS) — Órgão 37904 na estrutura do SIAFI — são repassadas da Setorial Financeira do INSS (Órgão 37202) para a Setorial Financeira do FRGPS (Órgão 37904).

A tabela abaixo apresenta os valores recebidos pelo INSS por meio de repasses financeiros durante o 3º trimestre de 2025, em comparação com o mesmo período do ano anterior.

Tabela 4: Repasse Recebido pelo INSS

Em milhares de reais

Cód. Fonte	Fonte	3º Trimestre 2025	AV (%)	3º Trimestre 2024	AV. (%)	AH (%)
054	Benefícios do RGPS	563.760.000	73,89	582.700.000	81,61	(3,25)
000	Recursos Livre da União	116.297.926	15,24	101.179.555	14,17	14,94
002	Atividade-Fim da Seguridade Social	49.428.472	6,48	15.595.073	2,18	216,95
001	Recursos Livres da Seguridade Social	24.562.542	3,22	13.857.295	1,94	77,25



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
3º Trimestre de 2025

Cód. Fonte	Fonte	3º Trimestre 2025	AV (%)	3º Trimestre 2024	AV. (%)	AH (%)
040	Seguro-Desemprego, abono salarial e previdência social	4.626.972	0,61	0	0,00	Inf
123	Seguridade Social - Superávit Vinculado a Amortização e Pagamento de Dívida	4.083.586	0,54	175.133	0,02	2.231,70
056	Benefícios do RPPS da União	162.536	0,02	453.825	0,06	(64,19)
052	Recursos Livres da UO	0	0,00	21.979	0,00	(100,00)
Total		762.922.034	100,00	713.982.859	100,00	6,85

Fonte: SIAFI

Observa-se um aumento de 6,85% no total de repasses recebidos pelo INSS ao comparar o 3º trimestre de 2025 com o mesmo período do ano anterior.

2.3. Estrutura Organizacional do INSS

A estrutura organizacional do INSS é composta por:

- 06 (seis) Superintendências Regionais;
- 97 (noventa e sete) Gerências Executivas;
- 1.570 (um mil quinhentos e setenta) unidades de Agências da Previdência Social (APS);
- 7 (sete) unidades de APS Móvel Flutuante;
- 3 (três) unidades de APS Teleatendimento;
- 7 (sete) unidades de APS Acordos Internacionais.



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
3º Trimestre de 2025

Destaca-se, ainda, que, no ano de 2021, foi assinado o Decreto nº 10.620, que atribui ao INSS a competência para a concessão e manutenção das aposentadorias e pensões do regime próprio de previdência social da União, no âmbito da administração pública federal indireta. Essas competências serão centralizadas gradualmente no INSS até que seja instituído em lei e estruturado o órgão ou entidade gestora única, conforme o § 20 do art. 40 da Constituição. Até setembro de 2025, o pagamento de benefícios de 9 (nove) autarquias e fundações foi centralizado no INSS.

Para viabilizar o atendimento aos segurados e assistidos, o INSS disponibiliza nas Agências da Previdência Social, bem como nos canais digitais, um conjunto de bens e serviços, com o objetivo de garantir o reconhecimento dos direitos e assegurar um bom atendimento ao cidadão.

2.4. Ações Realizadas

A Tabela abaixo evidencia as ações realizadas pelo INSS durante o 3º trimestre de 2025. O gasto total com as ações realizadas pelo órgão no período foi de R\$ 102,51 bilhões. As ações mais significativas foram aquelas relacionadas aos Benefícios de Prestação Continuada para pessoas com deficiência e idosos, que, juntas, totalizaram 88,58% do total dos gastos.

Tabela 5: **Valores Pagos por Ação do Governo**

Em milhares de reais

Cód. Ação	Ação	3º Trimestre 2025	AV (%)	3º Trimestre 2024	AV. (%)	AH (%)
00IN	Benefício de Prestação Continuada (BPC) à Pessoa com Deficiência	53.118.853	51,82	44.408.318	50,49	19,61
00H5	Benefício de Prestação Continuada (BPC) à Pessoa Idosa e à Pessoa com Deficiência	37.682.127	36,76	33.977.679	38,63	10,90
0181	Aposentadorias e Pensões Civis da União	4.559.982	4,45	4.275.006	4,86	6,67
20TP	Ativos Civis da União	2.213.295	2,16	2.045.984	2,33	8,18



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
3º Trimestre de 2025

Cód. Ação	Ação	3º Trimestre 2025	AV (%)	3º Trimestre 2024	AV. (%)	AH (%)
00XK	Ressarcimento aos Beneficiários do Regime Geral de Previdência	1.713.196	1,67	0	0,00	Inf
21FT	Atendimento à Clientela Previdenciária	1.138.027	1,11	965.160	1,10	17,91
0536	Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Específica	664.469	0,65	671.830	0,76	(1,10)
09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para Regimes Próprios	409.109	0,40	416.320	0,47	(1,73)
00UX	Demais Aposentadorias e Complementações	276.801	0,27	315.021	0,36	(12,13)
212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados Públicos e Militares	203.585	0,20	179.960	0,20	13,13
2292	Serviço de Processamento de Dados de Benefícios Previdenciários	137.948	0,13	179.225	0,20	(23,03)
2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados Públicos e Militares	94.833	0,09	81.140	0,09	16,88
21BX	Bônus de Eficiência e Produtividade e Pagamento Extraordinário	61.068	0,06	0	0,00	Inf
2294	Defesa Judicial da Previdência Social Básica	54.928	0,05	45.451	0,05	20,85
2583	Processamento de Dados do Benefício de Prestação Continuada	43.464	0,04	14.470	0,02	200,37
2000	Administração da Unidade	38.471	0,04	45.292	0,05	(15,06)
2585	Serviço de Reabilitação Profissional	33.547	0,03	26.771	0,03	25,31
2591	Reconhecimento de Direitos de Benefícios Previdenciários	33.148	0,03	31.810	0,04	4,20
21EU	Pagamentos Extraordinários do Programa de Enfrentamento à Fila	15.044	0,01	126.646	0,14	(88,12)
00TZ	Auxílio-Inclusão às Pessoas com Deficiência (Lei nº 14.176)	6.362	0,01	3.243	0,00	96,16



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
3º Trimestre de 2025

Cód. Ação	Ação	3º Trimestre 2025	AV (%)	3º Trimestre 2024	AV. (%)	AH (%)
2589	Avaliação e Operacionalização do Benefício de Prestação Continuada	3.448	0,00	4.388	0,00	(21,43)
2562	Auditoria Preventiva e Corretiva em Rotinas, Procedimentos e Controles	2.899	0,00	2.484	0,00	16,69
21AX	Gestão das Políticas de Previdência e Trabalho	2.304	0,00	5.293	0,01	(56,48)
21AZ	Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas	2.057	0,00	2.832	0,00	(27,37)

Fonte: SIAFI

Não estão incluídas na Tabela acima as ações com valores inferiores a dois milhões de reais, devido à sua pouca relevância no total dos gastos.

Durante o exercício financeiro de 2025, foram criadas as seguintes ações:

- **2674 - Representação Judicial e Extrajudicial da União e suas Autarquias e Fundações Federais** - Defesa dos interesses da União, suas autarquias e fundações federais, representando-as em todas as instâncias da Justiça Federal, comum e especializada, bem como em foros estrangeiros. Inclui, também, a realização de consultoria e assessoramento jurídico para a União, suas autarquias e fundações federais, em resposta às consultas formuladas, com o objetivo de defender o patrimônio público e viabilizar a implementação de políticas públicas.
- **00UU - Contribuições Regulares a Organismos Internacionais de Direito Privado sem Exigência de Programação Específica** - Esta ação destina-se a agrupar todos os pagamentos de contribuições regulares a organismos internacionais de direito privado, no valor igual ou inferior a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), conforme estipulado no artigo 12 da LDO.

As principais ações realizadas pelo INSS durante o 3º trimestre de 2025 estão descritas abaixo:

- **00H5** - Os recursos desta ação destinam-se ao pagamento do Benefício de Prestação Continuada (BPC) à pessoa idosa e da Renda Mensal Vitalícia (RMV) por idade. O BPC, em vigor desde 1996, destina-se às pessoas com 65 anos ou mais, cuja renda per capita familiar mensal não ultrapasse $\frac{1}{4}$ do salário-mínimo, garantindo-lhes a renda mensal de um salário-mínimo. A RMV,



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
3º Trimestre de 2025

instituída pela Lei nº 6.179/74, também no valor de um salário-mínimo, é atualmente destinada às pessoas com 70 anos ou mais que já recebiam o benefício (pressuposto do direito adquirido) quando de sua extinção, em 01/01/1996, data em que teve início a concessão do BPC.

- **00IN** - Os recursos desta ação destinam-se ao pagamento do Benefício de Prestação Continuada (BPC) à pessoa com deficiência e da Renda Mensal Vitalícia (RMV) por invalidez. O BPC, em vigor desde 1996, destina-se às pessoas com deficiência física, mental, intelectual ou sensorial de longo prazo, cuja renda per capita familiar mensal não ultrapasse $\frac{1}{4}$ do salário-mínimo, garantindo-lhes a renda mensal de um salário-mínimo. A RMV, instituída pela Lei nº 6.179/74, também no valor de um salário-mínimo, é atualmente destinada às pessoas com invalidez que já recebiam o benefício (pressuposto do direito adquirido) quando de sua extinção, em 01/01/1996, data em que teve início a concessão do BPC.
- **2292** - Esta ação complementa o processo de reconhecimento de direitos, atualização de dados e pagamento de benefícios. Os dados necessários à concessão dos benefícios são transmitidos diariamente por meio dos sistemas localizados nas gerências, agências e empresas conveniadas, e processados pela empresa responsável pelo processamento de dados da Previdência Social, que os armazena, sendo, inclusive, responsável pela emissão de correspondências automáticas ao cidadão. Esse conjunto de procedimentos eletrônicos possibilita a estruturação do banco de dados da Previdência Social e garante os recursos de informática necessários aos serviços de reconhecimento de direitos e pagamento de benefícios previdenciários, assegurando o funcionamento dos sistemas (Prisma, SABI, COMPREV, CNISVR, HIPNET, HISCRENET, RECNET) até que seja implantado o Sistema do Novo Modelo de Gestão.
- **2563** - Promoção da melhoria contínua dos serviços e processos previdenciários, por meio do estabelecimento e desenvolvimento de padrões de qualidade, implementação e aperfeiçoamento de técnicas e metodologias que visem à aferição de resultados, com o objetivo de prestar serviços de qualidade ao cliente interno e externo, padronizando os procedimentos e definindo mecanismos de desempenho institucional, facilitando a disseminação das melhores práticas. Subsidiar o gerenciamento de processos de negócios na organização, sejam eles finalísticos, gerenciais ou de apoio, com base essencial no “foco do cidadão”, por meio da modelagem, análise, desenho, transformação de processos e do gerenciamento de desempenho de processos, custos e riscos institucionais.
- **2583** - A ação destina-se a custear a informatização do processamento de dados relativos à operacionalização e avaliação do BPC, bem como à operacionalização da RMV, serviços prestados pela Empresa de Tecnologia e Informação da Previdência Social



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
3º Trimestre de 2025

(DATAPREV). A estruturação do banco de dados e o processamento dos benefícios compreendem desde a inserção dos dados dos requerentes até o processamento da concessão, manutenção, atualização, pagamento, revisão, avaliação, suspensão e cessação do BPC. Em relação à RMV, o processamento resulta na manutenção ou cessação dos benefícios.

- **2589** - Os recursos da ação destinam-se às atividades de gestão e operacionalização do BPC e da RMV, incluindo a concessão, manutenção, reavaliação das condições que geraram o direito ao benefício, controle, fiscalização, normatização, acompanhamento, monitoramento, análise quantitativa e qualitativa de dados do BPC, estudos e produção de informações estratégicas, além da operacionalização da RMV e de ações intersetoriais com outras políticas, com o objetivo de garantir e aprimorar os meios de acesso ao BPC e a gestão dos benefícios, bem como ampliar a proteção social dos beneficiários.
- **2591** - O reconhecimento do direito compreende as etapas de orientação, habilitação, análise, decisão (concessão/indeferimento) e, subsidiariamente, a atualização no CNIS dos dados cadastrais, vínculos e remunerações. Da etapa de decisão decorrem os procedimentos de revisão, recurso e manutenção dos benefícios. Além disso, o reconhecimento do direito engloba a emissão de Certidão de Tempo de Contribuição e a compensação previdenciária envolvendo os regimes próprios de previdência dos entes federativos. O atendimento aos pedidos de benefícios é realizado nas Agências da Previdência Social, com agendamento feito por meio dos canais remotos da Previdência Social, via internet e a Central 135 (telefone), ou por meio de convênios com sindicatos e empresas, bem como por meio de acordos internacionais celebrados com diversos países. Os procedimentos decorrentes da solicitação do benefício são informatizados, mas envolvem um conjunto de ações de responsabilidade exclusiva dos servidores, que prestam suporte ao processo decisório. Dessa forma, esta ação envolve:
 - a) Deslocamento de servidores para realizar supervisão nas Agências, Gerências Executivas e Superintendências Regionais;
 - b) Reforço das equipes de trabalho devido à demanda superior à capacidade operacional das Agências;
 - c) Realização de reuniões técnicas de supervisão, acompanhamento e orientação nas Agências;
 - d) Condução de pesquisas externas para certificar as informações prestadas pelos segurados e empresas;
 - e) Realização de eventos relacionados aos procedimentos médico-periciais (perícias médicas ambulatoriais);
 - f) Juntas médicas;



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
3º Trimestre de 2025

- g) Perícias de Pedido de Reconsideração (PR) e Pedido de Prorrogação (PP), além de perícias médicas domiciliares e hospitalares;
- h) Deslocamentos para atividades de supervisão técnica, participação em reuniões e fóruns de discussão técnica, além do pagamento de profissionais e entidades de saúde credenciadas, e convocação de servidores para auxiliar nos trabalhos de desenvolvimento dos novos sistemas de cadastro (CNIS) e SIBE.

No tocante ao Serviço Social:

- i) Realização de atendimentos técnicos individuais ou em grupo;
 - j) Encaminhamento dos usuários aos recursos sociais da comunidade;
 - k) Prestação de assessoria e consultoria às instituições governamentais e não governamentais;
 - l) Estabelecimento de convênios e parcerias com instituições da sociedade civil;
 - m) Elaboração de parecer social; e
 - n) Realização de cadastros das organizações da sociedade, visitas técnicas domiciliares e institucionais, concessão de recursos materiais, realização de pesquisas sociais, desenvolvimento de projetos e participação nos conselhos de direitos.
- **21C0** - Conjunto de medidas necessárias ao enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus (COVID-19), por meio de ações de prevenção, preparação e assistência à população, além de outras despesas essenciais para o combate à pandemia.
 - **21AX** - Suporte ao planejamento, à gestão, ao monitoramento, à avaliação e ao controle das políticas implementadas pela Secretaria Especial de Previdência e Trabalho. Custeia despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); promoção de atividades, como estudos, eventos, fóruns, seminários, oficinas e reuniões, com o objetivo de formular e aprimorar políticas públicas de previdência e trabalho; realização de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas; e demais atividades-meio necessárias ao planejamento e à gestão das ações finalísticas. Promoção da melhoria contínua dos serviços e processos previdenciários e trabalhistas, por meio do estabelecimento e desenvolvimento de padrões de



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
3º Trimestre de 2025

qualidade, implementação e aperfeiçoamento de técnicas e metodologias que visem à aferição de resultados, com o objetivo de padronizar os procedimentos e definir mecanismos de desempenho institucional, facilitando a disseminação das melhores práticas.

- **20U9** - Seleção, formação, capacitação, aperfeiçoamento e desenvolvimento de competências da força de trabalho da Administração Pública, visando melhorar a capacidade de gestão do governo e a efetividade das políticas públicas.
- **00TZ** - Pagamento do Auxílio-Inclusão às pessoas com deficiência moderada ou grave que recebam ou tenham recebido nos últimos 5 anos o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e que deixaram de fazer jus ao BPC em virtude do início de atividade remunerada, limitada a dois salários-mínimos, que as enquadre como segurado obrigatório do RGPS ou filiado ao Regime Próprio de Previdência Social da União, Estados, Distrito Federal e Municípios. A pessoa deve ter Inscrição válida no CPF; Inscrição Atualizada no Cadastro Único; atender aos critérios de manutenção do BPC; e ter o benefício suspenso nos termos do art. 21-A da Lei nº 14.176.

O gráfico e a tabela abaixo apresentam os programas executados pelo INSS durante o 3º trimestre de 2025.

Tabela 6: Valores Pagos por Programa de Governo

Em milhares de reais

Cód. Programa	Programa de Trabalho	3º Trimestre 2025	AV (%)	3º Trimestre 2024	AV. (%)	AH (%)
5131	Proteção Social pelo Sistema Único de Assistência Social	90.854.254	88,63	74.299.096	88,90	22,28
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	7.663.228	7,48	8.105.430	9,70	(5,46)
2314	Previdência Social: Promoção, Garantia de Direitos e Cidadania	3.044.650	2,97	159.051	0,19	1.814,26
0909	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	941.663	0,92	987.032	1,18	(4,60)
2214	Nova Previdência	4.299	0,00	26.089	0,03	(83,52)
2310	Promoção do Trabalho Decente, Emprego e Renda	2.057	0,00	2.460	0,00	(16,39)



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
3º Trimestre de 2025

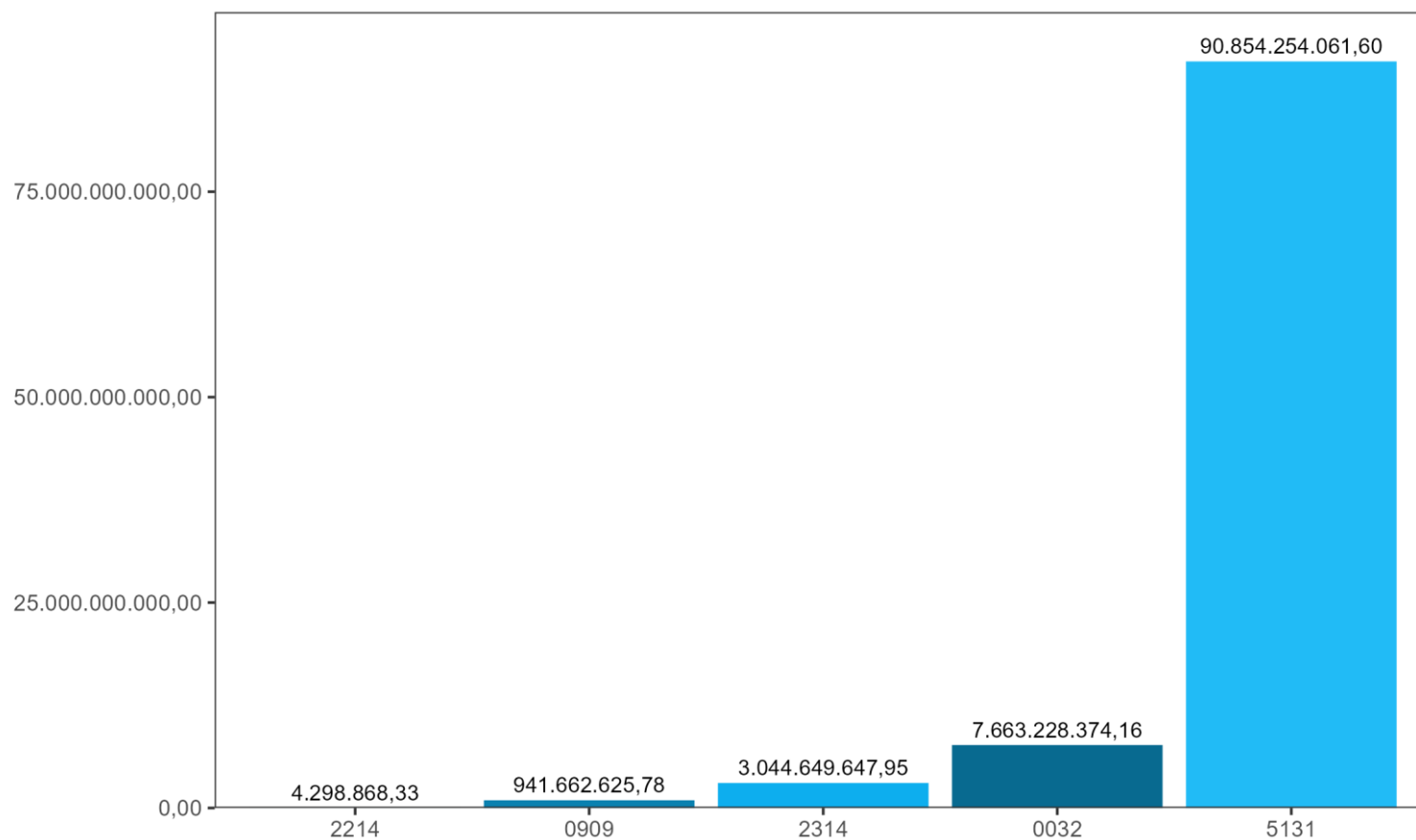
Cód. Programa	Programa de Trabalho	3º Trimestre 2025	AV (%)	3º Trimestre 2024	AV. (%)	AH (%)
0910	Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos E	430	0,00	385	0,00	11,69
2061	Previdência Social	139	0,00	0	0,00	Inf
4105	Defesa da Democracia e Segurança Jurídica para Inovação em Po.	112	0,00	0	0,00	Inf
4104	Transparência, Integridade e Enfrentamento da Corrupção	70	0,00	60	0,00	16,67
Total		102.510.901	100,00	83.579.604	100,00	22,65

Fonte: SIAFI

Gráfico 2 - Valores Pagos por Programa de Trabalho



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
3º Trimestre de 2025



Fonte: SIAFI



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
3º Trimestre de 2025

2.5. Devolução dos Descontos de Mensalidades Associativas

Em 28 de abril de 2025, por meio do Despacho Decisório PRES/INSS nº 65, foram suspensos os Acordos de Cooperação Técnica celebrados com o INSS, o que resultou na interrupção dos descontos de mensalidades associativas nas folhas de pagamento de benefícios.

Em decorrência dessa suspensão, os valores que já estavam retidos na folha de pagamento dos benefícios na competência de abril/2025 foram estornados aos segurados no processamento da folha de pagamento da competência maio/2025.

Posteriormente, em 03 de julho de 2025, foi celebrado acordo entre a União, o INSS, o Ministério Público Federal (MPF), a Defensoria Pública da União (DPU) e o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), no âmbito da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 1236, prevendo a devolução dos valores descontados indevidamente e o ressarcimento por meio de procedimento administrativo.

Para viabilizar essa restituição dos valores, foi editada a Medida Provisória nº 1.306, de 16 de julho de 2025 que abriu um crédito extraordinário em favor do Ministério da Previdência Social, destinado ao ressarcimento aos beneficiários do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) por descontos não autorizados.

Os valores apurados nos acordos administrativos estão sendo restituídos aos beneficiários com a utilização do crédito extraordinário aberto especificamente para esse fim, conforme previsto nos instrumentos normativos e acordos celebrados.

As restituições estão sendo contabilizadas sob a Natureza de Despesa 339093.02. Até a competência setembro de 2025 o montante restituído totalizou R\$ 1.713.196.387,88.

3. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS

A escrituração contábil, a estrutura e a composição das Demonstrações Contábeis do INSS estão em conformidade com os preceitos das Normas Brasileiras de Contabilidade Pública (NBCT SP), da Lei nº 4.320/1964, do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e da Lei Complementar nº 101/2000.



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
3º Trimestre de 2025

As informações contidas nessa Nota Explicativa estão organizadas da seguinte forma:

- a. Contas Patrimoniais: comparativo entre os saldos finais do 3º trimestre de 2025 e o saldo final do exercício financeiro de 2024;
- b. Contas de Resultado: comparativo entre os saldos do 3º trimestre de 2025 e o 3º trimestre de 2024.
- c. A Nota “Receita da Folha de Benefícios” é uma exceção, pois se refere exclusivamente ao saldo do trimestre em questão (julho a setembro de 2025).

O **Balanço Orçamentário - BO** é a demonstração contábil que discrimina o saldo das contas de receitas e despesas orçamentárias, comparando os valores previstos e fixados com os efetivamente executados.

O **Balanço Financeiro - BF** evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, combinados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

O **Balanço Patrimonial - BP** é a demonstração contábil que evidencia, tanto qualitativa quanto quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (de natureza informativa de controle). Os ativos e passivos são conceituados e segregados em circulante e não circulante.

A **Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP** evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.

3.1.1. Caixa e equivalentes de caixa

Compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como dos equivalentes de caixa, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não há restrições para uso imediato.

Esse item inclui numerários provenientes de contribuições e está inserido na Conta Única do Tesouro Nacional, na subconta Previdência, cujo controle e gestão são realizados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN).



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
3º Trimestre de 2025

As contas Caixa e Equivalentes de Caixa são compostas pelas transferências de recursos, receitas decorrentes da folha de benefícios, entre outras, destinadas ao pagamento das despesas originadas de benefícios assistenciais e do custeio da máquina administrativa.

3.1.2. Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Compreendem os direitos a receber de curto prazo, relacionados a adiantamentos concedidos a funcionários, créditos por danos ao patrimônio decorrentes de pagamento indevido, fraude, erro ou dolo, tributos a compensar e a recuperar, outros créditos restituíveis e valores compensáveis, como os valores apreendidos por decisão judicial, assim como os ajustes necessários para o reconhecimento da perda do valor, que serão realizáveis até doze meses após a data das demonstrações contábeis.

Os valores são mensurados e avaliados pelo custo, e o registro do ajuste para perdas é formado com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

3.1.3. Estoques

Compreendem o valor dos bens adquiridos, produzidos ou em processo de elaboração pela entidade, com o objetivo de venda ou utilização própria no curso normal das atividades.

Os estoques são mensurados pelo valor de custo, acrescido dos gastos necessários para colocá-los em condições de uso. Os principais itens que compõem a conta de estoques são o almoxarifado e os materiais que se encontram em trânsito.

O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado.

3.1.4. Variação Patrimonial Diminutiva Paga Antecipadamente

Compreendem os pagamentos de variações patrimoniais diminutivas (VPD) antecipadas, cujos benefícios ou a prestação de serviços à entidade ocorrerão no futuro.



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
3º Trimestre de 2025

Neste grupo de contas, são registradas as despesas pagas antecipadamente que contribuem para a prestação de benefícios por mais de um período. São avaliadas pelo custo e compostas por itens como Prêmio de Seguro, Tributos pagos e VPD financeiras pagas antecipadamente.

3.1.5. Ativo Realizável a Longo Prazo

Compreende os bens, direitos e despesas antecipadas realizáveis no longo prazo.

Os créditos a longo prazo compreendem os direitos a receber realizáveis no longo prazo, relacionados a Depósitos Judiciais Efetuados, Valores Apreendidos por Decisão Judicial, Créditos a Recuperar, Créditos decorrentes de Tomada de Contas Especial (TCE) e Títulos a Receber.

Os créditos são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações monetárias.

3.1.6. Imobilizado

Compreendem os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou utilizados com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à entidade os benefícios, os riscos e o controle desses bens.

No âmbito do INSS, o imobilizado é composto por bens móveis e imóveis utilizados nas atividades operacionais do órgão, os quais são reconhecidos com base no valor de aquisição, acrescido dos impostos não recuperáveis e outros gastos necessários para colocar o ativo em operação.



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
3º Trimestre de 2025

3.1.7. Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo

Compreendem as obrigações referentes a salários ou remunerações, benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, tais como aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, bem como os benefícios assistenciais, com vencimento no curto prazo, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, avaliados pelo custo histórico.

3.1.8. Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

Compreendem as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, como energia elétrica, água, telefone, propaganda, aluguéis e todas as outras contas a pagar com vencimento no curto prazo, inclusive precatórios decorrentes dessas obrigações.

3.1.9. Obrigações Fiscais a Curto Prazo

Correspondem às obrigações do INSS perante os Governos Federal, Estadual e Municipal, relativas a impostos, taxas e contribuições com vencimento no curto prazo.

4. COMPOSIÇÃO DOS PRINCIPAIS ITENS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística - DIROFL
Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade – CGOFC
Coordenação de Contabilidade – CCONT

Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
3º Trimestre de 2025

4.1. BALANÇO PATRIMONIAL

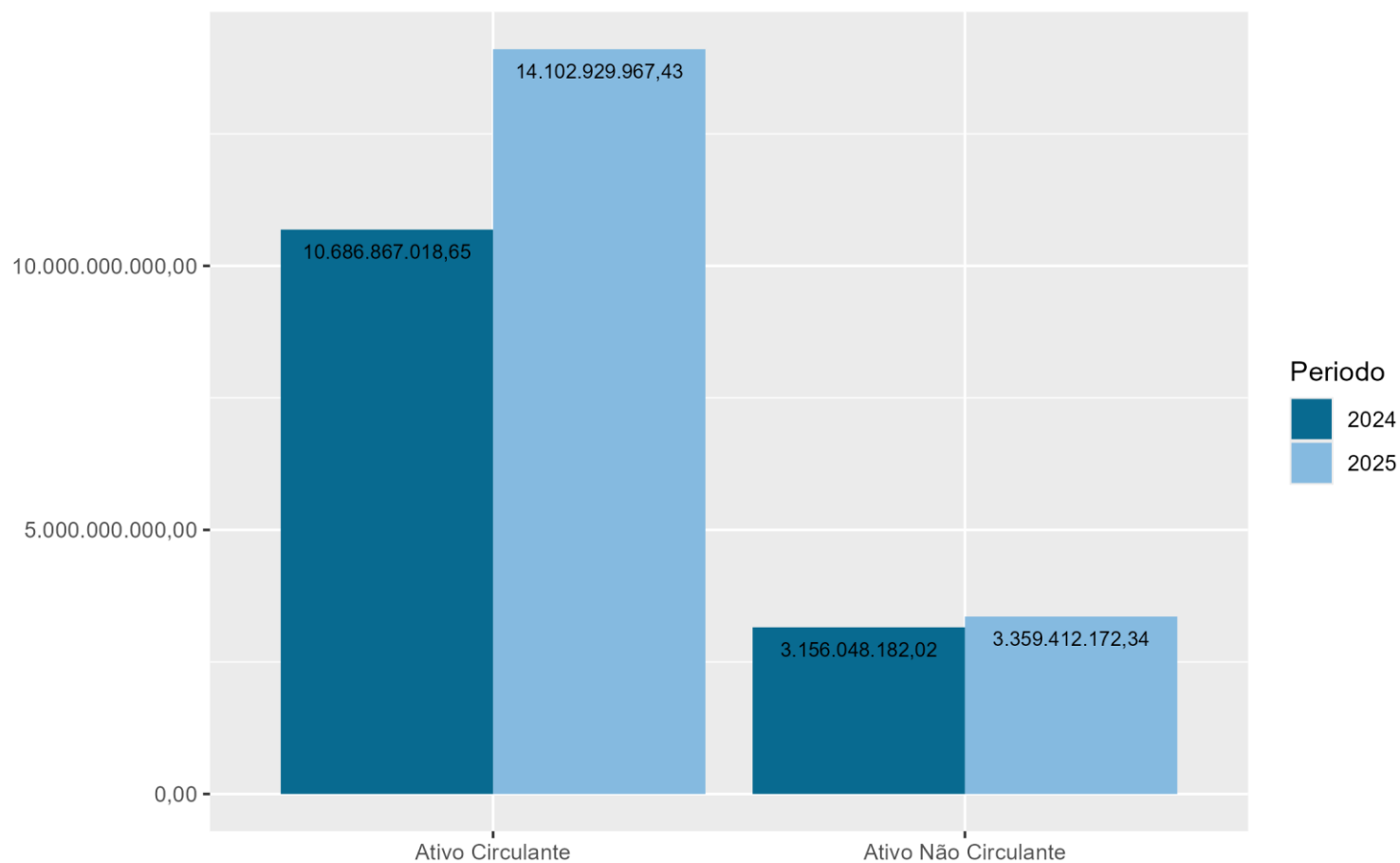
Nota 1 – Ativo

Essa classe subdivide-se em dois grupos, conforme gráfico abaixo:

Gráfico 3 - Composição do Ativo



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
3º Trimestre de 2025





Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
3º Trimestre de 2025

O Ativo total apresentou uma variação positiva de 26,15% no período, impulsionada, principalmente, pelo crescimento de 31,97% no Ativo Circulante, decorrente principalmente da variação ocorrida no subgrupo Caixa e Equivalentes de Caixa.

Por outro lado, o Ativo Não Circulante, que representa 19,24% do total do Ativo, apresentou evolução de 6,44% no comparativo entre os períodos. Essa variação decorre, sobretudo, da elevação observada no subgrupo 'Imobilizado', que impactou de forma relevante a estrutura dos ativos de longo prazo.

Nota 2 - Ativo Circulante

O Ativo Circulante é composto pelos seguintes subgrupos:

Tabela 7: **Composição do Grupo Ativo Circulante**

Em milhares de reais

Subgrupo	3º Trimestre 2025	AV (%)	Exercício 2024	AV. (%)	AH (%)
Caixa e Equivalentes de Caixa	13.137.907	93,16	9.792.721	91,63	34,16
Demais Créditos e Valores à Curto Prazo	934.551	6,63	855.203	8,00	9,28
Estoques	30.100	0,21	38.938	0,36	(22,70)
Variação Patrimonial Diminutiva Paga Antecipadamente	371	0,00	5	0,00	6.928,69
Total	14.102.930	100,00	10.686.867	100,00	31,97

Fonte: SIAFI

Em análise comparativa entre os períodos, o Grupo Ativo Circulante apresentou crescimento de 31,97%, impulsionado, principalmente, pela elevação de 34,16% no subgrupo 'Caixa e Equivalentes de Caixa', o qual representa 93,16% do Ativo Circulante.

Importante destacar que o aumento no subgrupo Caixa e Equivalente de caixa decorre, sobretudo, de um maior volume de recursos disponibilizados pelo Tesouro Nacional.



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
3º Trimestre de 2025

Ressalta-se que o subgrupo Caixa e Equivalente de Caixa compreende numerários vinculados à Conta Única do Tesouro Nacional, cuja gestão e controle são de responsabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

No tocante à destinação dos recursos consignados na conta Caixa, informa-se que do saldo total, R\$ 6,55 bilhões estão vinculados ao pagamento de benefícios assistenciais, com recursos provenientes das fontes de pagamento 317 – INSS - Benefícios LOAS - Reserva Bancária e 326 – INSS - Renda Mensal Vitalícia (RMV). Outros R\$ 3,11 bilhões referem-se a despesas de custeio, originadas da fonte 400 – Custeio/Investimento – Resultado Primário = 2. Por fim, R\$ 3,48 bilhões destinam-se a demais pagamentos. Destaca-se que os gastos com benefícios previdenciários são os únicos cuja execução se dá por meio de fontes de pagamento de destinação exclusiva, o que reforça a segregação e o controle específico sobre tais despesas, em conformidade com os princípios da contabilidade aplicada ao setor público.

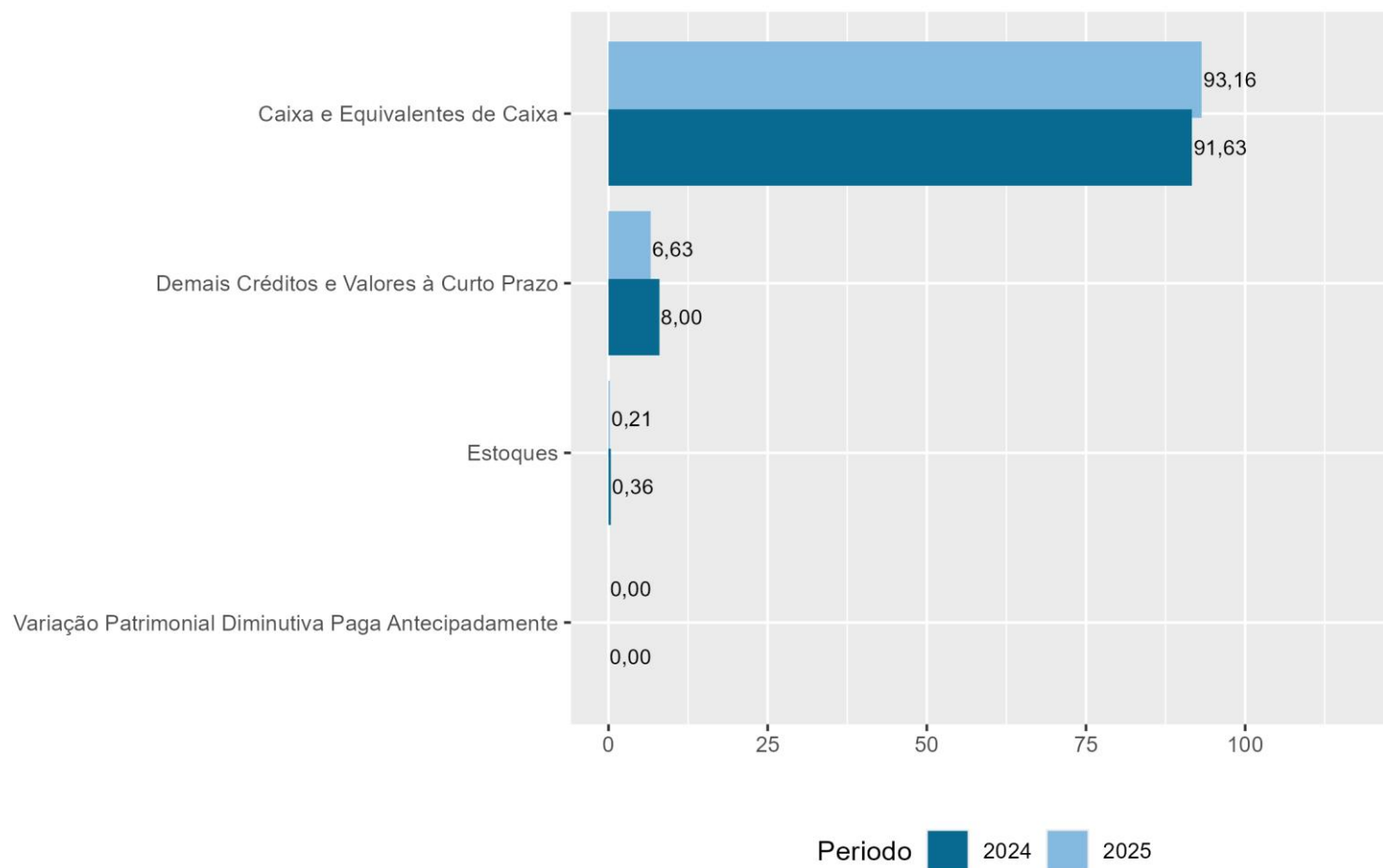
Adicionalmente, a variação positiva observada na rubrica Variações Patrimoniais Diminutivas (VPDs) pagas antecipadamente decorre do aumento no registro de despesas antecipadas com vigência anual, tais como taxa de limpeza pública, IPTU, assinaturas de periódicos e serviços correlatos, conforme regime de competência e critérios de reconhecimento previstos na NBC TSP 16.2 – Patrimônio e Sistemas Contábeis.

O gráfico abaixo apresenta a participação relativa do grupo ativo circulante no total do ativo.

Gráfico 4 - Composição do Ativo Circulante



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
3º Trimestre de 2025





Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
3º Trimestre de 2025

Nota 3 - Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

O subgrupo Demais Créditos e Valores a Curto Prazo é composto pelas contas descritas na tabela abaixo:

Tabela 8: **Composição do Subgrupo Demais Créditos e Valores a Curto Prazo**

Em milhares de reais

Título	3º Trimestre 2025	AV (%)	Exercício 2024	AV. (%)	AH (%)
Outros Créditos a Receber e Valores à Curto Prazo	796.778	85,26	784.285	91,71	1,59
Adiantamentos Concedidos	134.081	14,35	69.200	8,09	93,76
Créditos por Danos ao Patrimônio	9.243	0,99	8.432	0,99	9,61
Créditos Previdenciários a Receber	1.821	0,19	0	0,00	Inf
(-) Ajuste P/Perda Demais Cred/Valor Curto Prazo	(7.372)	(0,79)	(6.715)	(0,79)	9,79
Total	934.551	100,00	855.203	100,00	9,28

Fonte: SIAFI

A conta Adiantamentos Concedidos, que representa 14,35% do subgrupo Créditos a Curto Prazo, apresentou um aumento de 93,76% entre os períodos analisados. Essa variação deve-se principalmente à nova rotina de contabilização de Adiantamento Concedidos a Pessoal, tais como: auxílio alimentação e auxílio transporte.

A conta Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo, que corresponde a 85,26% do subgrupo e apresentou uma variação positiva de 1,59% entre os períodos analisados. A variação apresentada foi decorrente, principalmente, da variação no saldo da conta Valores a Receber por Devolução Despesas Estornadas, observando-se o princípio do registro pelo valor provável de realização, conforme disposto na NBC TSP Estrutura Conceitual.

A conta de Ajuste para Perdas de Demais Créditos e Valores a Curto Prazo, que apresentou uma variação de 9,79% entre os períodos analisados, reflexo da aplicação da metodologia de estimativa para perdas, conforme descrito na Nota Explicativa nº 4.



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
3º Trimestre de 2025

Nota 4 - Ajuste para Perdas dos Créd. Dano ao Patrim. Curto Prazo e Longo Prazo

Metodologia Utilizada

Contextualização

O objetivo dessa Nota Explicativa é apresentar uma metodologia de cálculo para o Ajuste de Perdas dos Créditos Administrativos do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. Para isso, tal metodologia foi inspirada na proposta apresentada pelo Pronunciamento nº 85/2012 da Câmara de Controle Interno do CFC, na qual utiliza uma média percentual dos recebimentos ao longo dos últimos três exercícios.

Dessa forma, o cálculo do ajuste de perdas dos créditos a receber será apurado pela aplicação do percentual médio de não recebimento no saldo final da conta do ativo, ou seja, aplicar-se-á o Percentual de Créditos Não Recebidos sobre o Saldo Final dos Créditos a Receber por Dano ao Patrimônio Público de Curto e Longo Prazo.

Para apurar o percentual de não recebimentos, será necessário utilizar uma base de dados extraída do Tesouro Gerencial e modelar os eventos que apuram o recebimento da conta.

Apuração do Percentual Médio de Recebimento e Não Recebimento

O próximo passo para apuração do cálculo do ajuste de perda é estabelecer um percentual médio de não recebimento por Unidade Gestora Executora e por Conta Contábil nos três períodos. A tabela, contida no Anexo I, apresenta o resultado da média do percentual de não recebimento.

O Percentual Médio de Não Recebimento é apurado da seguinte forma:

$$\frac{Per. 2022 + Per. 2023 + Per. 2024}{3}$$

sendo,



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
3º Trimestre de 2025

- Per.2022 = PNR 2022
- Per.2023 = PNR 2023
- Per.2024 = PNR 2024

Aplicação do Percentual Médio de Não Recebimento no saldo Atual das Contas de Créditos Administrativos

Curto Prazo

De posse da Média do Percentual Médio de Não Recebimento - PMNR por Superintendência e por Conta Contábil, vide Anexo II, o próximo passo para apuração do saldo de ajuste de perda é a aplicação da Média dos Percentuais de Não Recebimento - Média_PMNR no saldo da conta no final do 3º trimestre de 2025.

A tabela abaixo apresenta a aplicação do MPMNR no saldo contábil no 3º trimestre de 2025 no órgão INSS:

Tabela 9: Apuração do Ajuste de Perda dos Créditos Administrativos

Em milhares de reais

Superintendência	Cód. Conta	Saldo Bruto	Média do Percentual Médio de Não Recebimento	Ajuste de Perda Calculada	Ajuste de Perda Acumulada
Nordeste	113410103	539	80,00	(431)	(431)
Nordeste	113410104	3.860	77,78	(3.002)	(3.002)
Nordeste	113410106	97	100,00	(97)	(97)
Sudeste I	113410101	266	77,78	(207)	(207)
Sudeste I	113410103	1.109	80,93	(897)	(897)



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
3º Trimestre de 2025

Superintendência	Cód. Conta	Saldo Bruto	Média do Percentual Médio de Não Recebimento	Ajuste de Perda Calculada	Ajuste de Perda Acumulada
Sudeste I	113410104	1.675	79,94	(1.339)	(1.339)
Sudeste II	113410103	959	83,33	(800)	(800)
Sudeste II	113410104	60	81,03	(49)	(49)
Sudeste III	113410103	4	83,33	(3)	(3)
Sudeste III	113410104	191	82,13	(157)	(157)
Sul	113410103	220	77,78	(171)	(171)
Sul	113410104	262	83,33	(219)	(219)
Total		9.243	82,28	(7.372)	(7.372)

Fonte: SIAFI

Justifica-se os casos em que a Média do Percentual Médio de Não Recebimento dos Créditos Administrativos é 100% pelo fato de que para esse grupo de contas de curto prazo não houve registro de pagamento no SIAFI.

Longo Prazo

O cálculo do ajuste de perda de longo prazo segue a metodologia do ajuste de perda de Curto Prazo, ou seja, os mesmos percentuais aplicados no ajuste de perda do curto prazo são aplicados no ajuste de perda do longo prazo. Isso se justifica pelo fato de que os recebimentos dos créditos administrativos ocorrem nas contas de curto prazo e, devido a isso, somente é possível a apuração dos Prazos Médios de Recebimento e Não Recebimento no curto prazo. Vide Anexo III.



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
3º Trimestre de 2025

Tabela 10: **Apuração do Ajuste de Perda dos Créditos Administrativos**

Em milhares de reais

Superintendência	Cód. Conta	Saldo Bruto	Média do Percentual Médio de Não Recebimento	Ajuste de Perda Calculada	Ajuste de Perda Acumulada
DC	121210402	150	100,00	(150)	(150)
DC	121210410	136.224	100,00	(136.224)	(136.224)
N/C.Oeste	121210401	213	66,67	(142)	(142)
N/C.Oeste	121210402	213	100,00	(213)	(213)
N/C.Oeste	121210403	33.138	77,78	(25.774)	(25.774)
N/C.Oeste	121210404	42.207	100,00	(42.207)	(42.207)
N/C.Oeste	121210410	5.489	66,67	(3.660)	(3.660)
Nordeste	121210401	715	100,00	(715)	(715)
Nordeste	121210402	198	100,00	(198)	(198)
Nordeste	121210403	46.967	80,00	(37.573)	(37.573)
Nordeste	121210404	116.613	77,78	(90.699)	(90.699)
Nordeste	121210405	157	100,00	(157)	(157)
Nordeste	121210406	2.154	100,00	(2.154)	(2.154)
Nordeste	121210410	23.921	66,67	(15.947)	(15.947)
Nordeste	121210700	115	100,00	(115)	(115)



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística - DIROFL
Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade – CGOFC
Coordenação de Contabilidade – CCONT

Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
3º Trimestre de 2025

Superintendência	Cód. Conta	Saldo Bruto	Média do Percentual Médio de Não Recebimento	Ajuste de Perda Calculada	Ajuste de Perda Acumulada
Sudeste I	121210401	213	77,78	(166)	(166)
Sudeste I	121210402	178	100,00	(178)	(178)
Sudeste I	121210403	45.501	80,93	(36.823)	(36.823)
Sudeste I	121210404	45.024	79,94	(35.991)	(35.991)
Sudeste I	121210405	28	100,00	(28)	(28)
Sudeste I	121210410	880	100,00	(880)	(880)
Sudeste I	121210411	27	100,00	(27)	(27)
Sudeste II	121210402	2	100,00	(2)	(2)
Sudeste II	121210403	38.823	83,33	(32.353)	(32.353)
Sudeste II	121210404	36.594	81,03	(29.653)	(29.653)
Sudeste II	121210410	507	100,00	(507)	(507)
Sudeste II	121210700	550	100,00	(550)	(550)
Sudeste III	121210401	3.686	100,00	(3.686)	(3.686)
Sudeste III	121210402	620	100,00	(620)	(620)
Sudeste III	121210403	14.025	83,33	(11.687)	(11.687)
Sudeste III	121210404	18.146	82,13	(14.904)	(14.904)
Sudeste III	121210410	415	66,67	(277)	(277)



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
3º Trimestre de 2025

Superintendência	Cód. Conta	Saldo Bruto	Média do Percentual Médio de Não Recebimento	Ajuste de Perda Calculada	Ajuste de Perda Acumulada
Sul	121210401	4	100,00	(4)	(4)
Sul	121210402	7.712	77,78	(5.998)	(5.998)
Sul	121210403	12.951	77,78	(10.073)	(10.073)
Sul	121210404	29.857	83,33	(24.881)	(24.881)
Sul	121210406	3	100,00	(3)	(3)
Sul	121210410	657	66,67	(438)	(438)
Total		664.877	88,85	(565.656)	(565.656)

Fonte: SIAFI

Justifica-se que nos casos em que a Média do Prazo Médio de Não Recebimento dos Créditos Administrativos é 100% pelo fato de que para esse grupo de contas de Longo Prazo não houve registro de pagamento no SIAFI.

Nota 5 - Ativo Não Circulante

O Ativo não Circulante é composto pelos subgrupos elencados abaixo:



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
3º Trimestre de 2025

Tabela 11: **Composição do Grupo Ativo Não Circulante**

Em milhares de reais

Subgrupo	3º Trimestre 2025	AV (%)	Exercício 2024	AV. (%)	AH (%)
Ativo Realizável à Longo Prazo	275.719	8,21	152.233	4,82	81,12
Imobilizado	3.064.957	91,23	2.985.079	94,58	2,68
Intangível	18.736	0,56	18.736	0,59	0,00
Total	3.359.412	100,00	3.156.048	100,00	6,44

Fonte: SIAFI

O Subgrupo Imobilizado representa 91,23% do grupo Ativo Não Circulante, apresentando um aumento de 2,68% entre o 3º trimestre de 2025 e o encerramento do exercício financeiro de 2024. Essa variação decorreu, principalmente, da reclassificação de imóveis entre o FRGPS e o INSS.

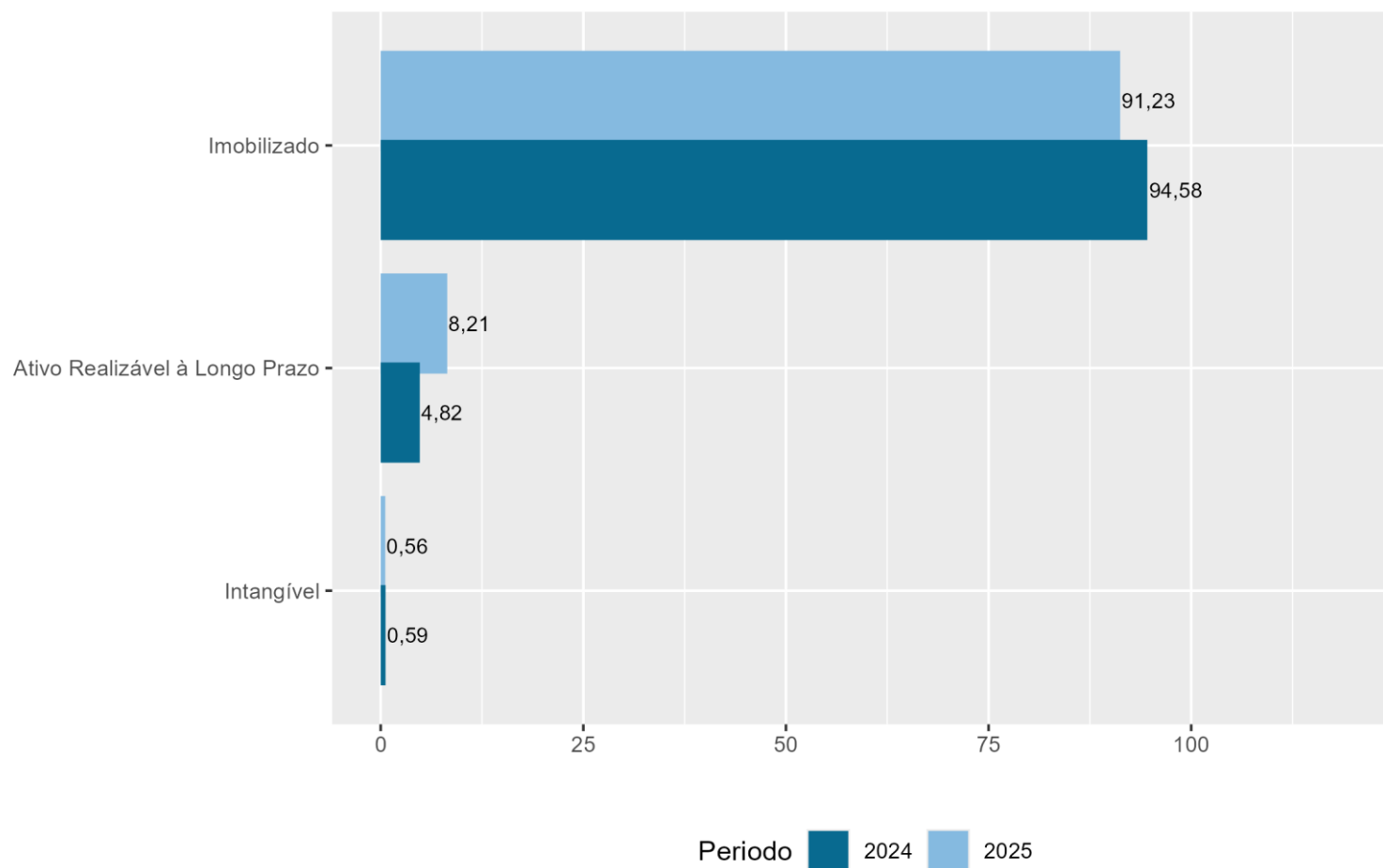
O subgrupo Imobilizado é composto por bens móveis (como equipamentos de informática, móveis, utensílios, entre outros) e bens imóveis (incluindo edifícios, terrenos, glebas etc.), reconhecidos inicialmente com base no custo de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, tais ativos estão sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão, conforme aplicável, considerando sua vida útil estimada. Adicionalmente, os ativos podem ser submetidos a testes de recuperabilidade (impairment) e, quando pertinente, à reavaliação, conforme disciplinado pela NBC TSP 07.

O subgrupo Intangível não apresentou variação no período analisado, sendo este, composto por softwares adquiridos com finalidades operacionais e administrativas, classificados como ativos com vida útil indefinida. Dentre os principais sistemas destacam-se: QLIK SENSE, CONSIAFI, Sistema de Atendimento (SAT), Sistema de Agendamento (SAG), Meu INSS, entre outros. O reconhecimento e a mensuração seguem os critérios estabelecidos na NBC TSP 08 – Ativo Intangível, considerando a capacidade de geração de benefícios econômicos ou serviços potenciais futuros.

Gráfico 5 - Composição do Ativo Não Circulante



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
3º Trimestre de 2025



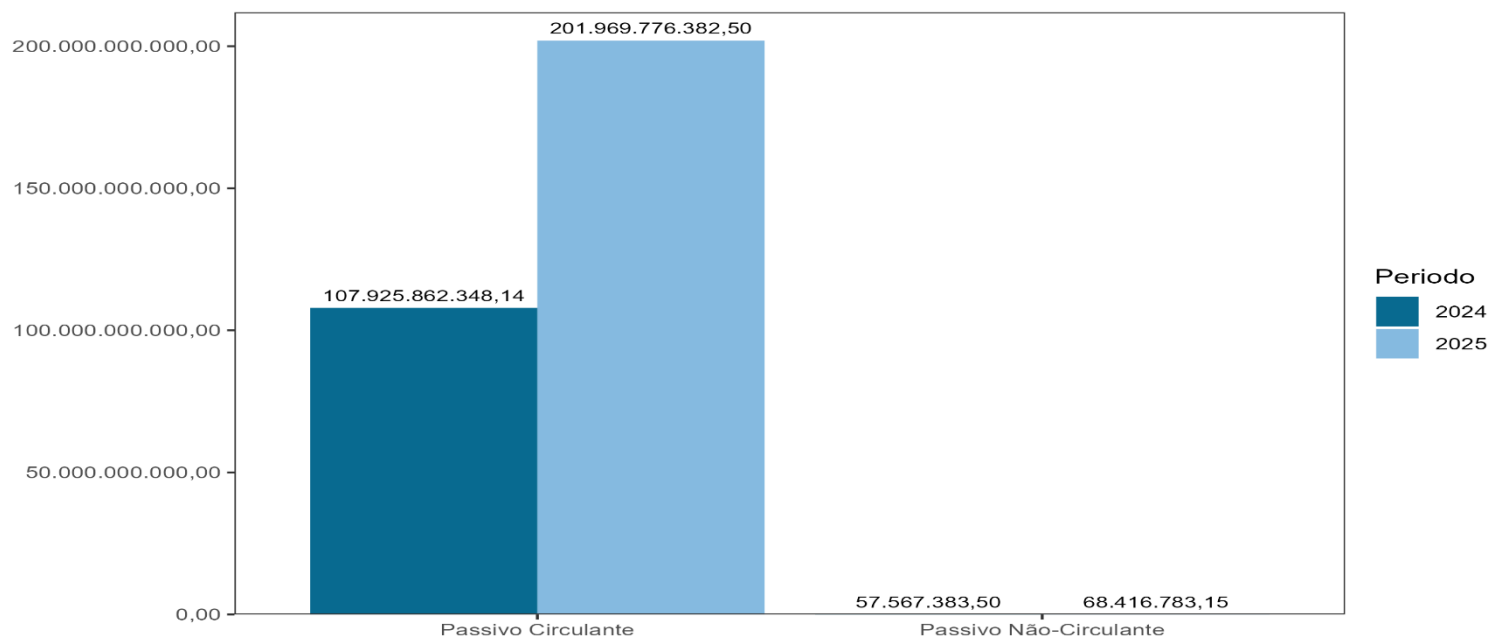


Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
3º Trimestre de 2025

Nota 6 - Passivo

Essa Classe subdivide-se nos grupos abaixo:

Gráfico 6 - Composição do Passivo



A Classe do Passivo apresentou um crescimento de 87,10%, impulsionado, predominantemente, pela elevação de 87,14% no Grupo do Passivo Circulante, o qual representa 99,97% do total da referida Classe.



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
3º Trimestre de 2025

Nota 7 - Passivo Circulante

A tabela a seguir apresenta um quadro comparativo dos subgrupos que compõem o Passivo Circulante, entre o 3º trimestre de 2025 e o saldo apurado em dezembro de 2024. Observa-se que, no 3º trimestre de 2025, o saldo do INSS referente a esse grupo totalizou R\$ 201,97 bilhões.

Tabela 12: **Composição do Grupo Passivo Circulante**

Em milhares de reais

Subgrupo	3º Trimestre 2025	AV (%)	Exercício 2024	AV. (%)	AH (%)
Demais Obrigações a Curto Prazo	192.903.004	95,51	100.564.938	93,18	91,82
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar - CP	5.133.504	2,54	4.468.840	4,14	14,87
Adiantamento de Clientes e Demais Obrigações à Curto Prazo	1.741.062	0,86	1.492.329	1,38	16,67
Provisões à Curto Prazo	1.708.843	0,85	1.038.623	0,96	64,53
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	478.430	0,24	360.990	0,33	32,53
Obrigações Fiscais à Curto Prazo	4.934	0,00	142	0,00	3.373,85
Total	201.969.776	100,00	107.925.862	100,00	87,14

Fonte: SIAFI

O aumento do Passivo Circulante decorreu, predominantemente, da variação positiva de 91,82% no saldo do subgrupo 'Demais Obrigações a Curto Prazo', o qual representa 95,51% do total do grupo.

O subgrupo 'Demais Obrigações a Curto Prazo' é composto, majoritariamente, por Termos de Execução Descentralizada (TED). Dentre eles, destaca-se o TED firmado entre o INSS e o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, destinado à execução de benefícios administrados pelo Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), bem como outras despesas de custeio vinculadas aos benefícios assistenciais.

Ao descentralizar créditos orçamentários em favor do INSS, por meio de Termo de Execução Descentralizada (TED), e efetuar o repasse dos recursos financeiros necessários ao pagamento de benefícios assistenciais, o Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) gera, nas



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
3º Trimestre de 2025

demonstrações contábeis do INSS, o registro de ingresso de recursos no subgrupo 'Caixa e Equivalentes de Caixa', com contrapartida em variação patrimonial aumentativa (receita), correspondente ao repasse recebido. Tal operação impõe aos gestores do INSS a responsabilidade de prestar contas quanto à aplicação dos recursos, nos termos do art. 70, parágrafo único, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Nesse contexto, para evidenciar o andamento da prestação de contas, simultaneamente ao recebimento dos recursos pelo INSS, é reconhecido um passivo em favor do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), em razão da obrigação de devolução dos valores recebidos, caso não sejam executados em conformidade com o objeto pactuado no Termo de Execução Descentralizada (TED). A contrapartida desse passivo é registrada como uma variação patrimonial diminutiva (despesa).

A desincorporação desse passivo é efetuada pelo Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) por ocasião da aprovação da prestação de contas do respectivo Termo de Execução Descentralizada (TED), cujo prazo para conclusão pode se estender por até 180 dias. Esse procedimento representa o encerramento do ciclo de execução de cada recurso transferido ao INSS.

A variação observada no subgrupo de provisões a curto prazo decorre, principalmente, do reconhecimento contábil da provisão referente aos requerimentos administrativos assistenciais pendentes de decisão, conforme detalhado na Tabela nº 17 da nota nº 09. Adicionalmente, inclui-se a constituição da provisão relativa aos pedidos de recursos ainda não analisados no âmbito do INSS/Conselho de Recursos da Previdência Social – CRPS, em atendimento à determinação constante do item 9.1.1 do Acórdão nº 1.059/2024 do Tribunal de Contas da União, conforme exposto na nota nº 10.



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
3º Trimestre de 2025

Nota 8 - Passivo Não Circulante

No 3.º trimestre de 2025, o INSS apresentou saldo de R\$ 68,42 milhões no Passivo Não Circulante, apresentando uma variação em relação ao saldo registrado no exercício de 2024, conforme demonstrado na tabela a seguir.

Tabela 13: **Composição do Grupo Passivo Não Circulante**

Em milhares de reais

Subgrupo	3º Trimestre 2025	AV (%)	Exercício 2024	AV. (%)	AH (%)
Fornecedores a Longo Prazo	57.140	83,52	57.140	99,26	0,00
Demais Obrigações à Longo Prazo	11.277	16,48	428	0,74	2.537,59
Total	68.417	100,00	57.567	100,00	18,85

Fonte: SIAFI

O subgrupo 'Fornecedores a Longo Prazo', que representa 83,52% do total do Passivo Não Circulante, refere-se a valores devidos pela contratação de serviços de tecnologia da informação prestados pela Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência – DATAPREV.

As demais obrigações, que representam 16,48% do subgrupo, referem-se principalmente a depósitos não judiciais e cauções recebidas, totalizando R\$ 4,9 milhões. Esse montante apresentou a maior variação no período, em razão de reclassificações contábeis de cauções recebidas do curto para o longo prazo. Além disso, foram incluídas as compensações previdenciárias que o Regime Próprio de Previdência da União tem a pagar, e que estão sob a gestão do INSS, no valor de R\$ 6,3 milhões conforme esclarecimentos da Tabela nº26 da Nota 14.

Nota 9 - Provisão do Estoque de Benefícios

O estoque de benefícios do INSS corresponde aos pedidos de concessão de benefícios assistenciais que ainda não foram processados. São possíveis benefícios que o INSS deverá analisar e, potencialmente, conceder aos beneficiários desde a data de entrada do



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
3º Trimestre de 2025

requerimento, mas que não tiveram a concessão deferida em virtude do prazo legal de análise ou por ausência de tempo hábil para conclusão.

Como o segurado tem o direito ao pagamento do benefício assistencial desde a data do requerimento, existe uma possível obrigação por parte do INSS que deverá ser reconhecida e evidenciada em seu Balanço. Diante disso, foi realizado no 3º trimestre de 2025, o registro da provisão do estoque de benefícios utilizando como base informações do SUIBE fornecidos pela Diretoria de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão - DIRBEN onde consta a data de requerimento e a espécie de benefício solicitado.

A Tabela abaixo apresenta a quantidade de requerimentos de benefícios assistenciais que se encontram em estoque para pagamento no INSS.

Tabela 14: Quantidade de Benefícios em Fila

Cód. Espécie	Espécie	Tipo de Benefício	Qtd.	AV (%)
87	Amparo Social à Pessoa Portadora de Deficiência	BPC Deficiente	753.201	83,71
88	Amparo Social ao Idoso	BPC Idoso	143.569	15,96
18	Auxílio Inclusão	BPC Deficiente	1.857	0,21
60	Benefício Indenizatório à Cargo da União	BLE	885	0,10
56	Pensão Vitalícia Síndrome Talidomida	BLE	233	0,03
98	Benefício Assistencial Trabalhador Portuário Avulso	União	26	0,00
Total			899.771	100,00

Fonte: SUIBE

Em relação ao tratamento contábil dos benefícios que se encontram em estoque para concessão e pagamento foi encaminhado o Ofício SEI nº 604/2022/PRES-INSS (8303496) à Secretaria do Tesouro Nacional - STN. O posicionamento do Órgão Central de Contabilidade no tocante ao assunto foi:

Desta feita, consoante o exposto na citada Nota Técnica SEI nº 40489/2022/ME, a qual já foi encaminhada ao TCU em atendimento à recomendação proferida por seu colegiado Pleno no Acórdão nº 1.465/2022, e anexa ao presente



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
3º Trimestre de 2025

expediente, verifica-se que a inscrição de empenhos relativos a benefícios previdenciários e compensação previdenciária do exercício de 2021 em restos a pagar não processados ao final daquele exercício não encontram respaldo normativo que sustente tal procedimento, especificamente o art. 35 do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, haja vista a inexistência, neste momento, de credor contra quem possa ser imposta obrigação de pagar da Administração Pública Federal”

Ainda segundo posicionamento da STN temos o seguinte:

Não obstante a inexistência de elementos para o reconhecimento de passivo, pode ser cabível o reconhecimento de provisão sobre os requerimentos em análise, desde que possa ser realizada estimativa confiável acerca do valor da obrigação na data das demonstrações contábeis

Diante do posicionamento da STN, foi elaborado a estimativa da provisão dos benefícios em estoque para pagamento no INSS utilizando como valor médio do benefício os dados da maciça de pagamentos dos benefícios previdenciários e assistenciais.

Para estimar o valor da provisão do estoque de benefícios a ser registrada, a Diretoria de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão – DIRBEN encaminhou a relação dos benefícios despachados pelo Órgão durante o exercício financeiro detalhado por espécie de benefícios, assim como o total de benefícios concedidos, possibilitando o cálculo do percentual de concessões por benefícios, valor este utilizado para o registro da provisão do estoque de benefícios.

O estoque de benefícios por se tratar de um passivo com prazo e valores incertos e com uma esperança provável de saída de recursos para liquidar a obrigação foram provisionados com base no percentual de concessão dada pela tabela abaixo.

Tabela 15: Percentual de Concessão por Espécie de Benefícios

Nome da Espécie de Benefício	Concedidos	Indeferidos	Despachados	Concedidos (%)
11:Amparo Previdenc. Invalidez- Trab. Rural	2	0	2	100,00
16:Auxílio União	3	15	18	16,67
16:Auxílio União	0	4	4	0,00



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
3º Trimestre de 2025

Nome da Espécie de Benefício	Concedidos	Indeferidos	Despachados	Concedidos (%)
18:Auxílio Inclusão À Pessoa com Deficiência	626	13.656	14.282	4,38
30:Renda Mensal Vitalícia por Incapacidade	1	0	1	100,00
38:Aposent. Extranum. Funcionário Público	7	0	7	100,00
40:Renda Mensal Vitalícia por Idade	0	1	1	0,00
56: Pensão Vitalícia Síndrome Talidomida	56	278	334	16,77
59: Pensão por Morte de Anistiados	5	1	6	83,33
60: Benefício Indenizatório a Cargo da União	173	498	671	25,78
85: Pensão Vitalícia Seringueiros	21	16	37	56,76
86: Pensão Vitalícia Dependentes Seringueiro	162	102	264	61,36
87: Amp. Social Pessoa Portadora Deficiência	760.505	1.653.022	2.413.527	31,51
88: Amparo Social ao Idoso	372.322	206.266	578.588	64,35
96: Pensao Especial Hanseníase Lei 11520/07	426	30	456	93,42
98: Benef. Assist. Ao Trab Portuário Avulso	0	286	286	0,00

Fonte: DIRBEN

Dado o percentual de concessão por espécie de benefícios, segue a tabela abaixo informando o valor total do estoque de benefício assim como o valor da provisão desse estoque.



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
3º Trimestre de 2025

Tabela 16: Provisão da Fila de Benefícios

Em milhares de reais

Cód. Espécie	Nome da Espécie de Benefício	Valor do Estoque de Benefícios	Provisão do Estoque de Benefícios
18	Auxílio Inclusão	21.209	930
56	Pensão Vitalícia Síndrome Talidomida	13.040	2.186
60	Benefício Indenizatório à Cargo da União	5.438	1.402
87	Amparo Social à Pessoa Portadora de Deficiência	3.996.791	1.259.393
88	Amparo Social ao Idoso	568.976	366.137
98	Benefício Assistencial Trabalhador Portuário Avulso	320	0
Total		4.605.774	1.630.048

Fonte: SUIBE

Dessa forma, observa-se na tabela que o valor do estoque de benefícios é da ordem de R\$ 4,61 bilhões, sendo que 35,39% do valor do estoque, ou seja, R\$ 1,63 bilhões foi registrado como provisão.

A tabela abaixo apresenta a provisão do estoque de benefícios do 3º trimestre de 2025 comparado com o mesmo período do exercício anterior.

Tabela 17: Provisão dos Estoques de Benefícios

Em milhares de reais

Cód. Espécie	Nome da Espécie de Benefício	3º Trimestre 2025	AV (%)	Exercício 2024	AV. (%)	AH (%)
18	Auxílio Inclusão	930	0,06	511	0,07	81,97
56	Pensão Vitalícia Síndrome Talidomida	2.186	0,13	1.771	0,23	23,46



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
3º Trimestre de 2025

Cód. Espécie	Nome da Espécie de Benefício	3º Trimestre 2025	AV (%)	Exercício 2024	AV. (%)	AH (%)
60	Benefício Indenizatório à Cargo da União	1.402	0,09	400	0,05	250,40
87	Amparo Social à Pessoa Portadora de Deficiência	1.259.393	77,26	642.057	83,47	96,15
88	Amparo Social ao Idoso	366.137	22,46	124.430	16,18	194,25
Total		1.630.048	100,00	769.168	100,00	111,92

Fonte: SUIBE

Nota 10 - Provisão dos Requerimentos de Benefícios Pendentes no INSS/CRPS

Em dezembro do Exercício Financeiro de 2024 foi realizado primeiro registro da Provisão do Estoque de Benefícios Pendentes no **Conselho de Recursos da Previdência Social - CRPS** em cumprimento a determinação do 9.1.1 do Acórdão 1059/2024:

9.1.1. que no prazo de 180 dias, elabore um plano de ação com cronograma, prazos e responsáveis, a partir de estudo detalhado que contemple as necessidades, variáveis e providências necessárias à constituição de provisão relativa ao pagamento de benefícios providos no Conselho de Recursos da Previdência Social, conforme exigido nas Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica do Setor Público - Estrutura Conceitual; Parte II, item 17, do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 9ª Edição ou outra que vier a sucedê-la;

Para atender a essa determinação, foi iniciado o processo SEI nº 35014.090624/2024-11, solicitando à área responsável os dados necessários para a realização dos cálculos, bem como o percentual de recursos deferidos em relação às decisões totais.

É importante ressaltar que nem todos os requerimentos em análise no Recurso são deferidos com a concessão de benefício.

A metodologia utilizada para o cálculo da provisão dos recursos pendentes no INSS/CRPS foi a apuração da quantidade de meses desde a data de entrada do requerimento do benefício e a data do Balanço, multiplicado pelo valor médio de pagamento da espécie de benefício da maciça de pagamento e ponderado pelo percentual de concessão dos benefícios no período.



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
3º Trimestre de 2025

Deve ser observado que, a depender da espécie, o eventual deferimento com concessão do benefício não abrange o tempo total em que o processo esteve aguardando decisão. Se consideramos o intervalo de tempo entre a data do requerimento e a data do balanço para o cálculo da provisão dos pedidos pendentes de análise de Recurso, o valor resultante poderia ser excessivamente elevado, devido a esse longo lapso temporal.

Para corrigir essa distorção na quantidade de meses dos requerimentos, a metodologia da provisão incluiu um limitador da quantidade de meses para apuração. Esse limitador de meses foi obtido por meio da média de tempo médio de pagamento dos recursos julgados no período por espécie de benefício.

Sendo assim, a tabela abaixo apresenta a quantidade de requerimentos por espécie de benefícios pendentes análise no INSS/CRPS.

Tabela 18: Quantidade de Requerimentos Pendentes de Análise no INSS/CRPS

Cód. Espécie	Espécie	Tipo	Qtd. Requerimentos Pendentes	AV (%)
87	Amparo Social à Pessoa Portadora de Deficiência	Assistenciais	102.867	76,28
88	Amparo Social ao Idoso	Assistenciais	31.154	23,10
16	Antecipação de Loas	Assistenciais	249	0,18
18	Auxílio Inclusão	Assistenciais	214	0,16
30	Renda Mensal Vitalícia por Incapacidade	Assistenciais	121	0,09
56	Pensão Vitalícia Síndrome Talidomida	BLE	61	0,05
11	Amparo Previdenciário Invalidez - Trabalhador Rural	Assistenciais	54	0,04
60	Benefício Indenizatório à Cargo da União	BLE	37	0,03
40	Renda Mensal Vitalícia por Idade	Assistenciais	28	0,02



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
3º Trimestre de 2025

Cód. Espécie	Espécie	Tipo	Qtd. Requerimentos Pendentes	AV (%)
98	Benefício Assistencial Trabalhador Portuário Avulso	Assistenciais	15	0,01
22	Pensão por Morte Estatutária	BLE	12	0,01
86	Pensão Vitalícia Dependentes Seringueiro	BLE	10	0,01
12	Amparo Previdenciário Idade - Trabalhador Rural	Assistenciais	9	0,01
37	Aposentadoria Extranumerário Capin	BLE	4	0,00
59	Pensão por Morte de Anistiados	BLE	4	0,00
96	Pensão Especial Hanseníase Lei 11520/07	BLE	4	0,00
85	Pensão Vitalícia Seringueiros	BLE	3	0,00
58	Aposentadoria de Anistiados	BLE	1	0,00
Total			134.847	100,00

Fonte: Suíbe e Síntese-web

Observa-se na tabela acima que estão pendentes de análise no INSS/CRPS um total de 134.847 requerimentos.

A tabela abaixo apresenta o percentual de concessão dos requerimentos pendentes de análise no INSS/CRPS utilizada como estimativa para o cálculo da provisão dos recursos, assim como o tempo médio de pagamento por espécie de benefício utilizado como limitador da quantidade de meses dos requerimentos em análise.



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
3º Trimestre de 2025

Tabela 19: **Percentual de Recursos Concedidos e Tempo Médio de Pagamento por Benefício no INSS/CRPS**

Cód. Especie	Espécie	Qtd. Recursos Concedidos na Fase Recursal	Qtd. Recursos Analisados	Concedidos (%)	Média da Qtd. de Meses Pagos
11	Amparo Previdenciário Invalidez - Trabalhador Rural	0	28	0,00	0,00
12	Amparo Previdenciário Idade - Trabalhador Rural	0	6	0,00	0,00
14	Espécie Não Identificada	0	4	0,00	0,00
16	Antecipação de Loas	0	412	0,00	0,00
18	Auxílio Inclusão	1	165	0,61	10,80
22	Pensão por Morte Estatutária	0	1	0,00	0,00
30	Renda Mensal Vitalícia por Incapacidade	0	43	0,00	0,00
40	Renda Mensal Vitalícia por Idade	0	7	0,00	0,00
56	Pensão Vitalícia Síndrome Talidomida	0	28	0,00	0,00
58	Aposentadoria de Anistiados	0	1	0,00	0,00
60	Benefício Indenizatório à Cargo da União	0	27	0,00	0,00
86	Pensão Vitalícia Dependentes Seringueiro	1	13	7,69	19,90
87	Amparo Social à Pessoa Portadora de Deficiência	1.399	108.021	1,30	31,73
88	Amparo Social ao Idoso	841	23.289	3,61	30,25
96	Pensão Especial Hanseníase Lei 11520/07	0	1	0,00	0,00
98	Benefício Assistencial Trabalhador Portuário Avulso	0	11	0,00	0,00

Fonte: Suíbe, Síntese-web

Dado o percentual de concessão e a quantidade média de meses de pagamento por espécie de benefícios, segue a tabela informando o valor total do estoque de benefício assim como o valor da provisão dos requerimentos pendentes de análise no INSS/CRPS.



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
3º Trimestre de 2025

Tabela 20: **Provisão dos Requerimentos Pendentes de Análise no INSS/CRPS**

Em milhares de reais

Cód. Espécie	Espécie	Valor do Estoque de Requerimentos	Valor da Provisão do Estoque de Requerimentos
18	Auxílio Inclusão	1.379	8
86	Pensão Vitalícia Dependentes Seringueiro	451	35
87	Amparo Social à Pessoa Portadora de Deficiência	3.225.219	41.770
88	Amparo Social ao Idoso	1.024.107	36.982
Total		4.251.156	78.795

Fonte: DADEC

Conforme consta na Tabela acima, o total provisionado a título de requerimentos de benefícios pendentes de análise no CRPS foi de R\$ 78,80 milhões, correspondendo a 1,85% do valor do estoque total de requerimentos.

Nota 11 - Passivo Contingente

Conforme informações fornecidas pela Gerência de Ativos da Secretaria do Tesouro Nacional (GEATI/STN), referentes ao 3º trimestre de 2025, segue abaixo a tabela com os valores reconhecidos como Passivo Contingente Possível no INSS:



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
3º Trimestre de 2025

Tabela 21: Passível Contingente Possível

Em milhares de reais

Interessado	Tema	3º Trimestre 2025	AV (%)	Exercício 2024	AV (%)	AH (%)
GEATI/STN	Contratos de Assunção, Renegociação e Quitação de Dívidas, firmados com a interveniência do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, entre a União e trinta e três bancos em 20.12.2004, nos termos do art. 31 da Lei nº 11.051, de 29.12.2009, e da Portaria do Ministério da Fazenda nº 441, de 30.12.2004.	11.048.536	10,87	9.995.614	10,87	10,53
GEATI/STN	Contratos de Financiamento e Cessão de Créditos em Caução celebrados entre a União e o INSS, com a interveniência do Banco do Brasil S.A, nos termos do disposto na Medida Provisória nº 1.751-8 de 20/11/1997, Lei nº 9.639 de 25/05/1998 e Medida Provisória 1.868-18 de 27/08/1999. Esses empréstimos foram destinados para custear o déficit financeiro do INSS.	90.617.572	89,13	81.981.745	89,13	10,53
Total		101.666.108	100,00	91.977.359	100,00	10,53

Fonte: GEATI-STN/SIAFI

Nota 12 - Monitoramento Operacional

Conforme informações encaminhadas pela Coordenação-Geral de Apuração e Cobrança Administrativa de Benefícios (CGACB), por meio da Nota nº 29/2025/CGACB/DIGOV-INSS, foram disponibilizados dados referentes à apuração de irregularidades no pagamento de benefícios assistenciais administrados pelo INSS, com base nas informações disponíveis até 3º trimestre de 2025.

A tabela abaixo apresenta os quantitativos físicos e os valores financeiros apurados até o 3º trimestre de 2025, referentes aos benefícios assistenciais sob a gestão do INSS.



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
3º Trimestre de 2025

Tabela 22: **Quantitativo Físico e Financeiro**

Em milhares de reais

Situação das Operações	Conclusão	Valor	AV (%)	Quantidade	AV (%)
Finalizado	Irregular	14.377.876	83,31	257.519	46,25
Finalizado	Parcialmente Irregular	2.879.824	16,69	78.959	14,18
Finalizado	Regular	-	0,00	220.362	39,57
Total		17.257.700	100,00	556.840	100,00

Fonte: CGACB/SIAFI

Informa-se que, em atendimento ao Acórdão nº 1.153/2021 do Tribunal de Contas da União (TCU), 46,25% das apurações foram classificadas como irregulares, 14,18% como parcialmente irregulares e 39,57% como regulares.

Ademais, os valores mencionados foram devidamente registrados em contas de controle, em conformidade com as orientações da Macro função SIAFI **02.11.38 – Diversos Responsáveis**.

Nota 13 - RPV e Precatórios

O pagamento de precatórios decorrentes de ações judiciais movidas contra o INSS, oriundos da Justiça Federal, é realizado diretamente pelos Tribunais Regionais Federais (TRFs). Em conformidade com o entendimento do Tribunal de Contas da União (TCU), a obrigação relativa ao pagamento das sentenças judiciais proferidas pelos órgãos da Justiça Federal é registrada no passivo do INSS. As despesas correspondentes são apropriadas diretamente nas contas da Classe 3 – Variações Patrimoniais Diminutivas, no momento da execução pelos respectivos Tribunais Federais.



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
3º Trimestre de 2025

Tabela 23: **Despesas Patrimoniais com Determinações Judiciais e RPV**

Em milhares de reais

Conta Contábil	3º Trimestre 2025	AV (%)	3º Trimestre 2024	AV. (%)	AH (%)
Sentenças Judiciais - Aposentadorias RPPS	18.466	45,93	17.939	49,38	2,94
Sentenças Judiciais - Outros Benefícios Assistenciais	15.794	39,28	12.716	35,01	24,20
Sentenças Judiciais - Pensões RPPS	2.818	7,01	1.716	4,72	64,22
Sentenças Judiciais - Pessoal Ativo RPPS	2.578	6,41	3.444	9,48	(25,16)
Sentenças Judiciais - Benefícios a Pessoal	549	1,37	510	1,40	7,71
Total	40.204	100,00	36.325	100,00	10,68

Fonte: SIAFI

Os Tribunais Federais são responsáveis pelos registros contábeis relacionados às Requisições de Pequeno Valor (RPVs) e aos Precatórios Federais. Ao INSS cabe apenas o acompanhamento desses registros, limitando-se à análise da classificação contábil, com o objetivo de verificar sua consistência e assegurar que os lançamentos estejam adequadamente classificados quanto à sua natureza e finalidade.

Nota 14 - Compensação Previdenciária

A partir do 3º trimestre de 2025, a autarquia começou a realizar os registros dos valores a pagar e a receber, referentes ao Comprev do Regimes Próprios de Previdência Social da União (RPPU), conforme dados extraídos e disponibilizadas pela Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP), que acompanha e controla os processos de compensação entre os regimes. Tais valores decorrem dos acertos financeiros realizados entre os Regimes Próprios de Previdência Social da União (RPPU) e os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), no âmbito do mecanismo de compensação previdenciária previsto na legislação vigente (Lei nº 9.796/1999 e regulamentações correlatas).

Informa-se que o registro dos valores brutos tanto da receita quanto da despesa da compensação previdenciária, conforme estabelecido pela 11ª edição do MCASP, no âmbito da contabilidade patrimonial da Autarquia, alinha-se às novas orientações da STN e do Tribunal de Contas da União.



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
3º Trimestre de 2025

Tabela 24: **Direitos e Obrigações Estimados Pendentes de Análise - COMPREV RPPU**

Em milhares de reais

COMPREV	Trimestre	Direitos	Obrigações
RGPS	3º trimestre de 2025	0	0
Estados	3º trimestre de 2025	78.763	4.212
Municípios	3º trimestre de 2025	29.314	2.045
Total		108.077	6.257

Fonte: DICOMP-RPPU

Tabela 25: **Quantitativo - COMPREV**

COMPREV	Trimestre	Direito	Obrigações
Quantitativo Físico	3º trimestre de 2025	5.686	918

Fonte: DICOMP

Informa-se que os valores registrados no 3º trimestre de 2025 referem-se à extração realizada pela Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP), conforme a metodologia descrita, a qual explicita que os valores dos requerimentos pendentes de análise são estimados, uma vez que a análise completa ainda não foi concluída e o valor pró-rata do requerimento não foi formalmente apurado.

Cabe destacar que os sistemas COMPREV e BG COMPREV ainda não dispõem de ferramentas ou relatórios automatizados que possibilitem a extração precisa e contínua dos valores. Dessa forma, os dados são calculados manualmente, por meio de requisição de extração na base de dados da DATAPREV. Esse processo torna-se oneroso e desafiador, uma vez que o arquivo gerado é de grande volume e os recursos humanos qualificados para o devido tratamento são limitados.



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
3º Trimestre de 2025

Esse procedimento manual e a dificuldade em realizar as extrações de forma tempestiva e eficiente tornam o processo de atualização periódica oneroso para a autarquia, dado o impacto operacional e a necessidade de intervenções contínuas para garantir a precisão das informações.

Em virtude disso, nas discussões realizadas pelo Comitê de Acompanhamento do COMPREV, foi consensualmente apropriada a criação de mecanismos que visem facilitar a extração e análise dos dados relativos a esses requerimentos. A iniciativa tem como objetivo auxiliar na mitigação dos desafios operacionais, visando aprimorar a qualidade da informação contábil e garantir a maior tempestividade no processo de atualização.

Importa esclarecer que, do montante total de **R\$ 171,3 milhões** a receber e **R\$ 29,5 milhões** a pagar — relativos a valores pendentes de análise e extraídos trimestralmente — não foi possível, por restrições de adequação das situações necessárias para registro, efetuar tempestivamente o lançamento de **R\$ 63,2 milhões** a receber e **R\$ 23,3 milhões** a pagar. Dessa forma, a autarquia procedeu ao registro somente dos valores apresentados na **Tabela 24: Direitos e Obrigações Estimados Pendentes de Análise – COMPREV RPPU**. Os montantes não registrados serão contabilizados tão logo seja possível.

Abaixo, segue tabela com os valores de Compensação Previdenciária, segregados em passivo e estoque, conforme metodologia de extração constante nas planilhas de valores atualizados.

Tabela 26: COMPREV - Passivo e Estoque

Em milhares de reais

Comprev	Trimestre	Direitos	Obrigações
Passivo	3º trimestre de 2025	107.656	27.507
Estoque	3º trimestre de 2025	63.710	2.082
Total		171.367	29.589

Fonte: DICOMP-RPPU



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
3º Trimestre de 2025

Segue a metodologia da estimativa de valores a receber e a pagar:

“referente aos requerimentos não analisados, ou seja, com situação diferente de deferido, indeferido, em compensação, compensado, rejeitado e indeferido ratificado”, consiste em:

- *Estimar o valor de pró-rata de cada requerimento, sendo o valor médio de benefício pago pelo RPPS, multiplicado, pelo percentual de tempo de contribuição utilizado do regime de origem, considerando o tempo total do benefício.*
- *Calcular o fluxo passivo, sendo o número de dias entre o início do benefício, posteriores à 06/05/1999, até 30/11/2023, multiplicado pelo pró-rata estimado diário. Caso a data da disponibilização de análise seja superior a cinco anos do início do benefício, considerar os últimos cinco anos, obedecendo a prescrição estipulada no Decreto 3112/99, para requerimentos anteriores à 01/01/2020.*
- *Calcular o valor referente ao ESTOQUE para benefícios iniciados antes de 06/05/1999 e mantidos até essa data. Multiplicando o número de dias do início do benefício até 05/05/1999, pelo pró-rata estimado diário.*
- *O fluxo será o mesmo valor do pró-rata estimado.*

A seguir, apresenta-se a tabela com os valores totalizados do COMPREV, referentes a direitos e obrigações de longo prazo registrados na autarquia. Estão incluídos os dados relativos aos entes inadimplentes, compondo o saldo total dos valores a receber — saldo este decorrente dos ajustes entre a Receita Bruta e os valores efetivamente recebidos por meio da Guia de Recolhimento da União (GRU), conforme informações extraídas do sistema SISGRU. Também consta o valor do estoque referente ao 3º trimestre de 2025, que integra o saldo total dos valores a pagar, conforme dados repassados pela área responsável.



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
3º Trimestre de 2025

Tabela 27: **Comprev - Longo Prazo**

Tipo	COMPREV	Pendentes de Análise	Estoque	Inadimplentes	Total
Direitos	RGPS	0	0	0	0
Direitos	Estados	78.763	0	12.598	91.361
Direitos	Municípios	29.314	0	2.403	31.717
Total dos Direitos - Comprev		108.077	0	15.001	123.078
Obrigações	RGPS	0	0	0	0
Obrigações	Estados	4.212	26	0	4.237
Obrigações	Municípios	2.045	47	0	2.093
Total das Obrigações - Comprev		6.257	0	0	6.330

Fonte: SIAFI

Nota 15 - Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido compreende o valor residual dos ativos após a dedução de todos os passivos, incluindo os resultados acumulados, com distinção entre o resultado apurado no exercício corrente, os resultados de exercícios anteriores e os ajustes decorrentes da apuração de resultados de períodos anteriores.

A apuração do resultado do exercício é realizada anualmente; entretanto, os ajustes referentes a exercícios anteriores podem ocorrer ao longo do exercício corrente, podendo, assim, o subgrupo “Resultado do Exercício” apresentar saldo parcial.

Dessa forma, a tabela a seguir apresenta o saldo da conta “Ajustes de Exercícios Anteriores”, refletindo os valores registrados até o encerramento do 3º trimestre de 2025. Essa conta contempla despesas ou receitas de exercícios anteriores que foram reconhecidas após o encerramento da apuração do resultado a que se referem, e que, por esse motivo, não puderam ser apropriadas tempestivamente.



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
3º Trimestre de 2025

Tabela 28: **Composição do Patrimônio Líquido**

Em milhares de reais

Conta Contábil	3º Trimestre 2025	AV (%)	Exercício 2024	AV. (%)	AH (%)
Ajustes de Exercícios Anteriores	70.334	(0,04)	(183.927)	0,20	(138,24)
Reavaliação de Bens Imóveis	117.254	(0,06)	117.254	(0,12)	0,00
Superávits ou Déficits Exercícios Anteriores	(94.257.769)	51,07	(79.551.925)	84,50	18,49
Resultado do Exercício	(90.505.671)	49,03	(14.521.917)	15,43	523,24
Total	(184.575.851)	100,00	(94.140.515)	100,00	96,06

Fonte: SIAFI

O INSS apresentou Patrimônio Líquido negativo, caracterizando um passivo a descoberto no montante de R\$ 184,58 bilhões, representando um aumento do Patrimônio Líquido negativo em 96,06% em relação ao saldo registrado no exercício anterior.

O fato de a Autarquia apresentar Patrimônio Líquido negativo não implica, por si só, risco de descontinuidade das suas operações. O INSS é uma autarquia federal, de direito público, criada por lei específica para a prestação de serviços públicos exclusivos do Estado, e somente poderá ser extinta mediante outra lei específica. Está sujeito ao princípio da continuidade do serviço público, segundo o qual os serviços devem ser prestados de forma ininterrupta, dada sua natureza essencial e relevância para a sociedade.

Adicionalmente, o INSS conta como fonte de financiamento com os impostos e contribuições arrecadados pelo Estado, cujos recursos são disponibilizados por meio da Lei Orçamentária Anual (LOA) para o custeio do pagamento de benefícios e da manutenção de suas atividades operacionais. Além disso, a Autarquia dispõe de receitas originadas de fontes próprias, como aquelas decorrentes do leilão da folha de pagamentos de benefícios, o que contribui para conferir maior solidez financeira à sua estrutura orçamentária.

O subgrupo 'Resultado do Exercício' apresentou um aumento no saldo negativo, o qual decorre da apuração parcial do resultado, cujo detalhamento consta na Demonstração das Variações Patrimoniais, conforme Nota Explicativa nº 16. Ressalta-se que a apuração definitiva do resultado do exercício ocorre no início do exercício seguinte, em conformidade com o calendário a ser divulgado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN).



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
3º Trimestre de 2025

- a) Na conta de Ajustes de Exercícios Anteriores, observou-se uma redução de 138,24% do saldo negativo que havia final do exercício de 2024. Essa variação decorre de:
- a. Da rotina de reclassificação contábil de encerramento e abertura de exercícios, realizada pela Secretaria do Tesouro Nacional, através da qual parte do saldo é atribuído às contas de superávits ou déficits do exercício;
 - b. Dos ajustes referentes à constituição de provisões sobre os pagamentos de benefícios assistenciais em processo de análise, que aguardam decisão, com garantia da data de entrada do requerimento (DER); e
 - c. Do reconhecimento de despesas que não puderam ser apropriadas na época própria.
-

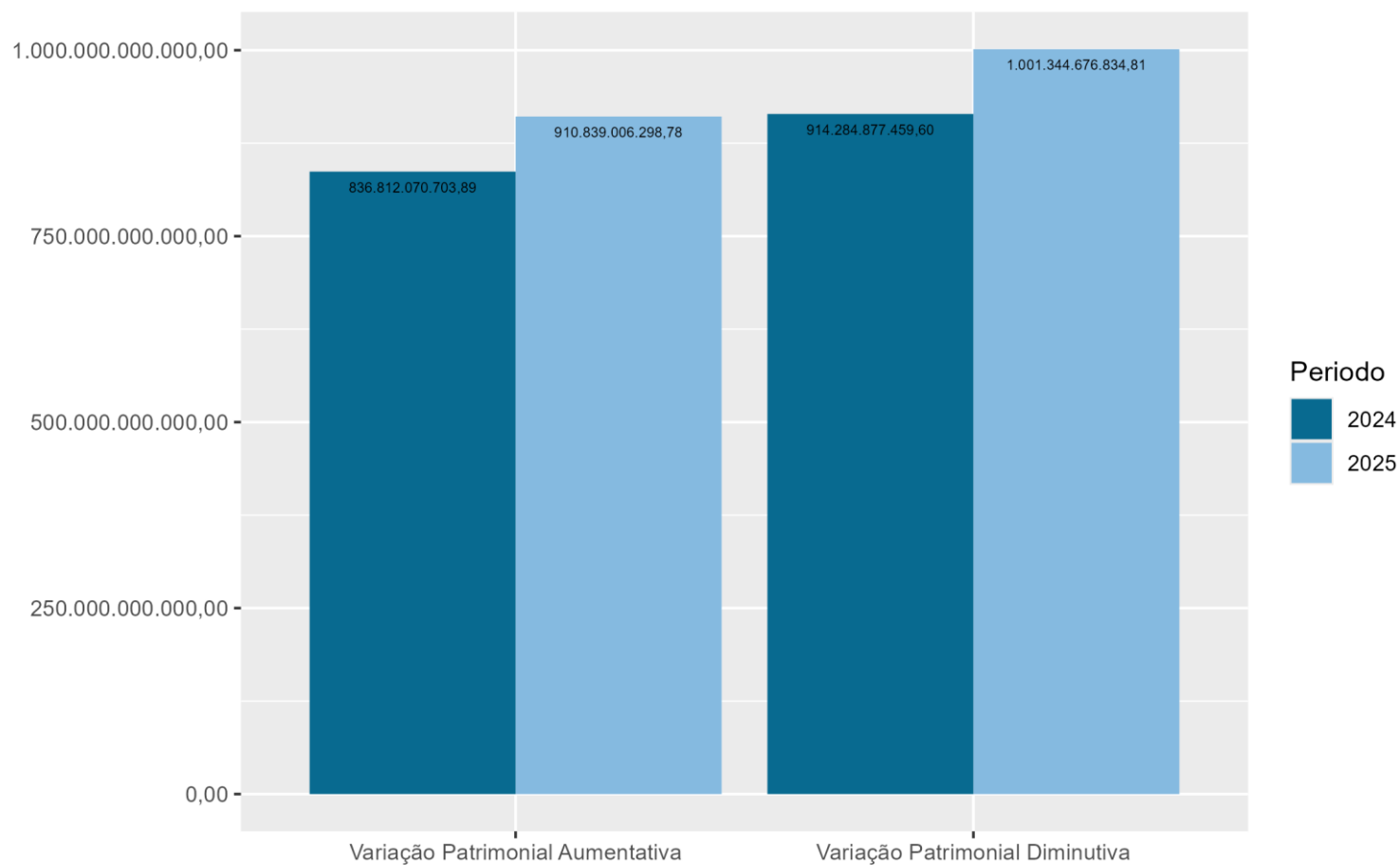
4.2. DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - DVP

Para fins de comparação, o gráfico abaixo informa os saldos apurados no período nas classes **Variação Patrimonial Aumentativa** e **Variação Patrimonial Diminutiva**.

Gráfico 7 - Saldos das Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
3º Trimestre de 2025





Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
3º Trimestre de 2025

Observa-se, no gráfico, que o saldo das Variações Patrimoniais Diminutivas no 3º trimestre de 2025 foi de R\$ 1,00 trilhão, enquanto o saldo das Variações Patrimoniais Aumentativas, no mesmo período, totalizou R\$ 910,84 bilhões, resultando em um resultado patrimonial deficitário de R\$ 90,51 bilhões.

Nota 16 - Demonstrações das Variações Patrimoniais (DVP)

O principal objetivo da DVP é apurar o resultado patrimonial do período, confrontando as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas.

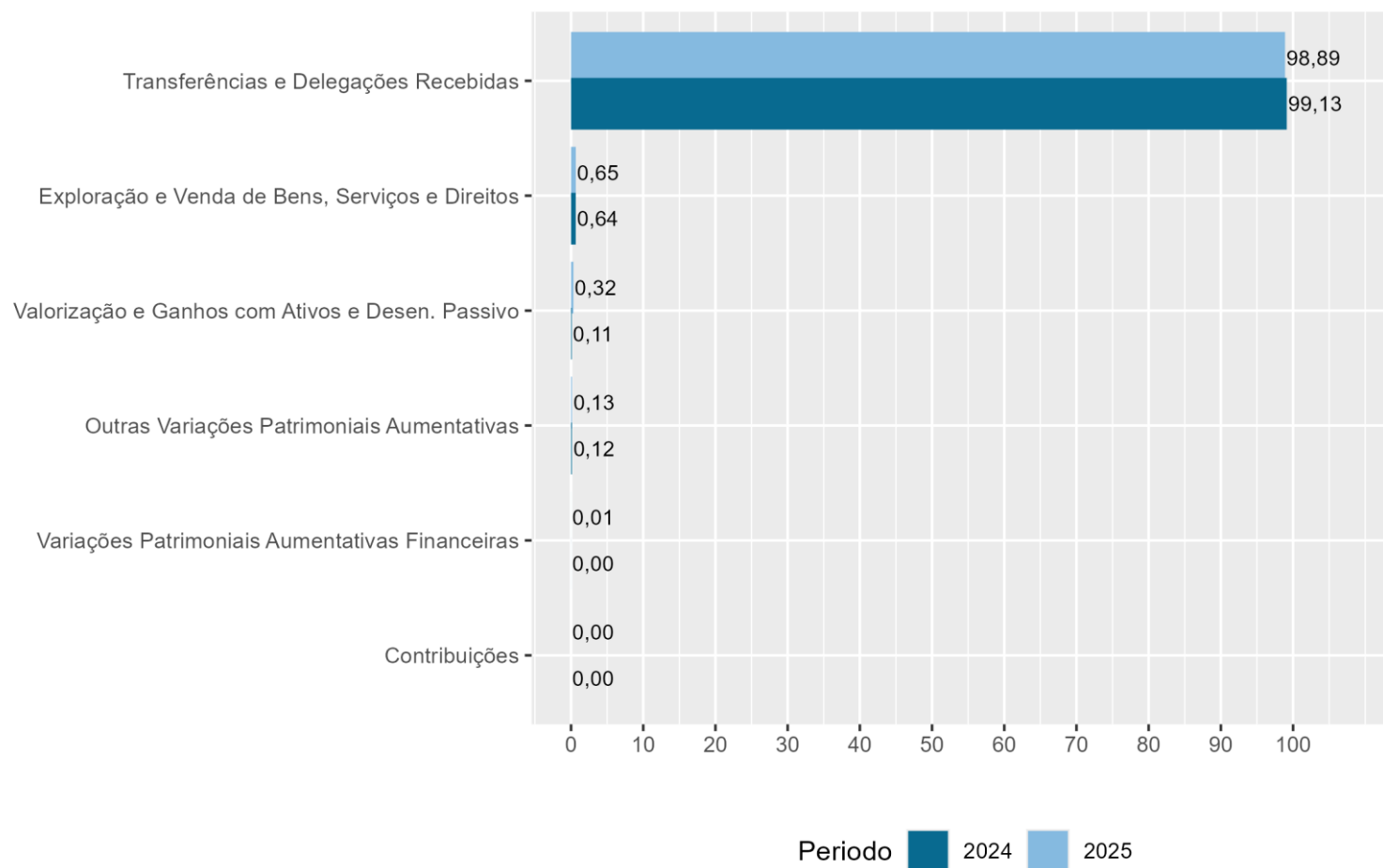
Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA)

O gráfico a seguir apresenta um comparativo das Variações Patrimoniais Aumentativas, referente ao 3º trimestre de 2025 e 2024.

Gráfico 8 - Composição das Variações Patrimoniais Aumentativas



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
3º Trimestre de 2025





Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
3º Trimestre de 2025

Transferências e Delegações Recebidas

A tabela abaixo apresenta os saldos das contas do grupo Transferências e Delegações Recebidas no período.

Tabela 29: Composição do Grupo Transferências e Delegações Recebidas

Em milhares de reais

Subgrupo	3º Trimestre 2025	AV (%)	3º Trimestre 2024	AV. (%)	AH (%)
Transferências Intragovernamentais	900.697.836	100,00	829.516.228	100,00	8,58
Outras Transferências e Delegações Recebidas	10.965	0,00	3.767	0,00	191,05
Total	900.708.801	100,00	829.519.995	100,00	8,58

Fonte: SIAFI

O subgrupo Transferências Intragovernamentais refere-se às transferências de recursos provenientes de envios financeiros realizados por órgãos da administração pública, bem como aos sub-repasses efetuados entre Unidades Gestoras pertencentes ao mesmo órgão. Esses recursos têm como finalidade o atendimento de despesas de custeio vinculadas à LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social) e aos benefícios assistenciais do BPC/RMV (Benefício de Prestação Continuada / Renda Mensal Vitalícia). No 3º trimestre de 2025, esse subgrupo apresentou um acréscimo de 8,58% em relação ao mesmo período do exercício anterior, totalizando R\$ 900,71 bilhões em transferências. Essa variação pode ser justificada pelo reajuste nos valores dos benefícios concedido pelo Governo Federal e pela inclusão de novos beneficiários.



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
3º Trimestre de 2025

Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos

Tabela 30: Composição do Grupo Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos

Em milhares de reais

Subgrupo	3º Trimestre 2025	AV (%)	3º Trimestre 2024	AV. (%)	AH (%)
Exploração de Bens e Direitos e Prestação de Serviço	5.959.160	100,00	5.391.645	100,00	10,53
Total	5.959.160	100,00	5.391.645	100,00	10,53

Fonte: SIAFI

O subgrupo Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços refere-se às variações patrimoniais aumentativas originadas de aluguéis, taxas de uso de imóveis e valores provenientes do Leilão da Folha de Pagamento de Benefícios. No 3º trimestre de 2025, esse subgrupo apresentou um crescimento de 10,53% em relação ao mesmo período do exercício anterior, alcançando o montante de R\$ 5,96 bilhão. Esse crescimento é explicado, principalmente, pela variação das receitas decorrentes do Leilão da Folha de Pagamento de Benefícios, cuja detalhamento encontra-se na Nota Explicativa nº 15.

Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos

A tabela a seguir apresenta a composição do grupo de Variações Patrimoniais Aumentativas, classificado sob a denominação Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos.

Tabela 31: Composição do Grupo Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos

Em milhares de reais

Subgrupo	3º Trimestre 2025	AV (%)	3º Trimestre 2024	AV. (%)	AH (%)
Ganhos com Desincorporação de Passivos	2.947.624	99,99	882.986	100,00	233,82
Ganhos com Incorporação de Ativos	225	0,01	35	0,00	537,13



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
3º Trimestre de 2025

Subgrupo	3º Trimestre 2025	AV (%)	3º Trimestre 2024	AV. (%)	AH (%)
Total	2.947.849	100,00	883.021	100,00	233,84

Fonte: SIAFI

O grupo em questão apresentou uma evolução horizontal de 233,84% em relação ao mesmo período do exercício anterior.

A variação observada no subgrupo Ganhos com Desincorporação de Passivos decorre, principalmente, da metodologia sistêmica estabelecida pela Instrução Normativa RFB nº 2.043/2021 para a execução do DARF numerado, que prevê a centralização contábil na Unidade Gestora 510001 – Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade, abrangendo a movimentação financeira no montante de R\$ 1,045 bilhão, e da movimentação de recursos oriundos de Termos de Execução Descentralizada (TED), solicitada pela Divisão de Programação Financeira e Orçamentária do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), no montante de R\$ 909 milhões. A medida teve como objetivo viabilizar o estorno dos créditos na unidade gestora de origem, permitindo, assim, a alteração dos Planos Internos (PI).

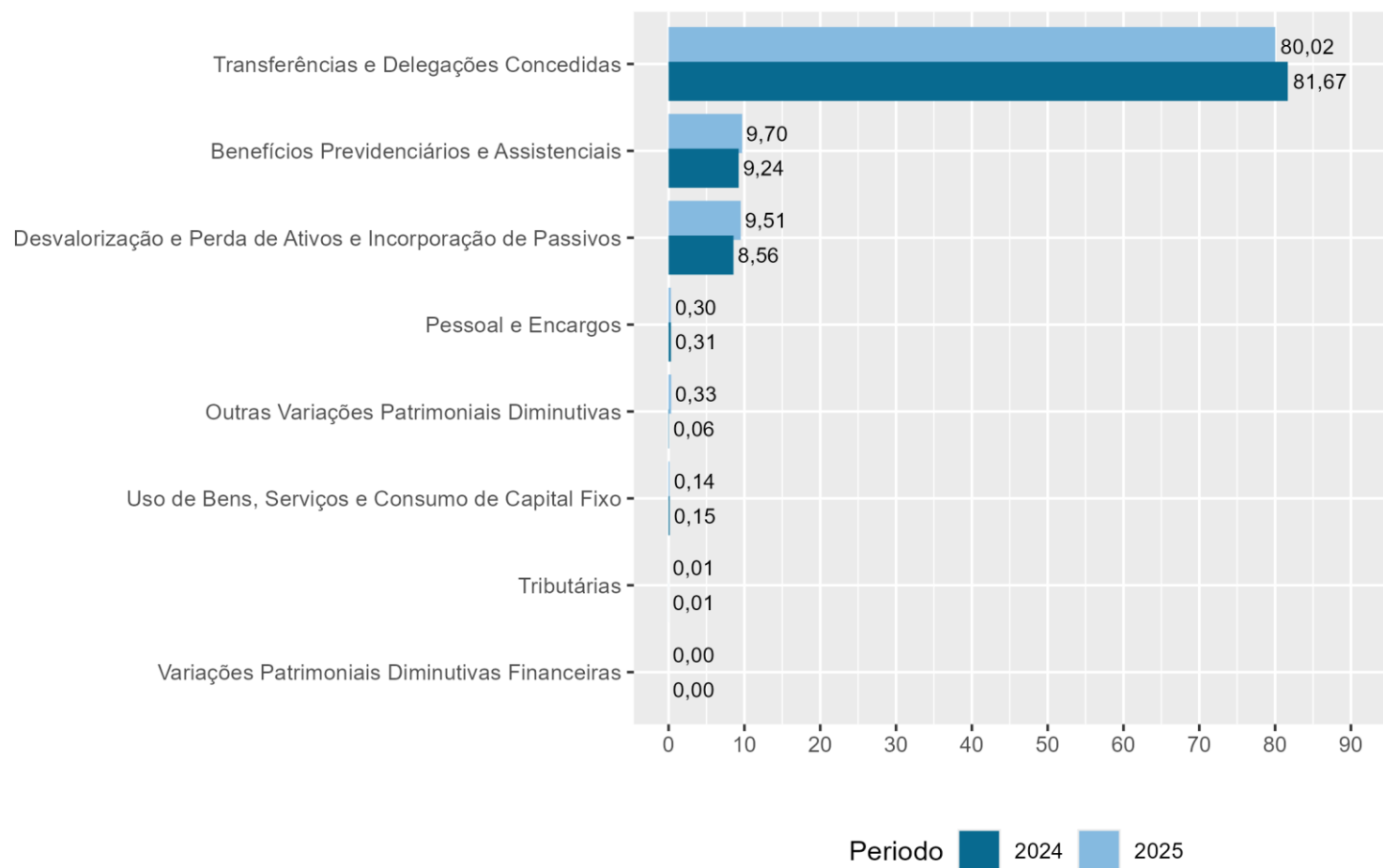
Variações Patrimoniais Diminutivas

O gráfico a seguir apresenta um comparativo dos grupos de Variações Patrimoniais Diminutivas, referente ao 3º trimestre de 2025 e 2024.

Gráfico 9 - Composição das VPD



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
3º Trimestre de 2025





Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
3º Trimestre de 2025

Transferências e Delegações Concedidas

A tabela abaixo apresenta os saldos das contas do grupo Transferências e Delegações Concedidas no período.

Tabela 32: Composição do Grupo Transferências e Delegações Concedidas

Em milhares de reais

Subgrupo	3º Trimestre 2025	AV (%)	3º Trimestre 2024	AV. (%)	AH (%)
Transferências Intragovernamentais	801.233.629	100,00	746.737.389	100,00	7,30
Outras Transferências e Delegações Concedidas	10.029	0,00	912	0,00	999,48
Transferências ao Exterior	454	0,00	571	0,00	(20,46)
Total	801.244.112	100,00	746.738.872	100,00	7,30

Fonte: SIAFI

O subgrupo Transferências Intragovernamentais abrange registros de repasses financeiros destinados ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social (FRGPS) para pagamento de benefícios previdenciários, além de recursos destinados a Compensações Previdenciárias (COMPREV), Requisições de Pequeno Valor (RPVs) e Precatórios vinculados a benefícios previdenciários.

O grupo em questão registra os recursos provenientes de execução orçamentária e independentes desta, relativos a bens e valores decorrentes de transações intragovernamentais e intergovernamentais. No contexto do aumento dos repasses, destaca-se a evolução do subgrupo Transferências Intragovernamentais, que apresentou crescimento de 7,30% em relação ao mesmo período do exercício. Essa variação deve-se, principalmente, ao reajuste de 7,5% do salário-mínimo, concedido pelo Governo Federal por meio do Decreto nº 12.342, de 30 de dezembro de 2024.

Benefícios Previdenciários e Assistenciais

A tabela abaixo apresenta os saldos das contas do grupo Benefícios Previdenciários e Assistenciais no período.



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
3º Trimestre de 2025

Tabela 33: **Composição do Grupo Benefícios Previdenciários e Assistenciais**

Em milhares de reais

Subgrupo	3º Trimestre 2025	AV (%)	3º Trimestre 2024	AV. (%)	AH (%)
Benefícios de Prestação Continuada	91.302.647	94,02	79.040.965	93,56	15,51
Aposentadorias e Reformas	4.109.486	4,23	3.840.202	4,55	7,01
Pensões	1.649.784	1,70	1.556.048	1,84	6,02
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	46.129	0,05	40.454	0,05	14,03
Total	97.108.046	100,00	84.477.670	100,00	14,95

Fonte: SIAFI

O subgrupo Benefícios de Prestação Continuada é o de maior relevância dentro do grupo analisado, representando 94,02% do total. Em comparação com o mesmo período do exercício anterior, essa conta registrou uma evolução horizontal de 15,51%, explicada, em parte, pelo reajuste de 7,5% do salário-mínimo concedido pelo Governo Federal, por meio do Decreto nº 12.342, de 30 de dezembro de 2024, bem como pelo aumento no número de concessões de benefícios no período.

Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivo Tributário

O grupo Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivo é constituído pelos seguintes subgrupos: Incorporação de Passivos, Desincorporação de Ativos, Perdas Involuntárias, Reavaliação, Redução ao Valor Recuperável e Ajustes para Perdas. A tabela abaixo apresenta o saldo das contas que compõe esse grupo.



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
3º Trimestre de 2025

Tabela 34: **Composição do Grupo das Desvalorizações, Perdas de Ativos e Incorporação de Passivo**

Em milhares de reais

Subgrupo	3º Trimestre 2025	AV (%)	3º Trimestre 2024	AV. (%)	AH (%)
Incorporação de Passivos	95.248.857	99,99	78.226.713	99,98	21,76
Desincorporação de Ativos	5.029	0,01	18.935	0,02	(73,44)
Reavaliação, Redução a Valor Recup. e Ajuste p/ Perdas	667	0,00	36	0,00	1.746,65
Perdas Involuntárias	21	0,00	0	0,00	8.363,75
Perdas com Alienação	0	0,00	81	0,00	(100,00)
Total	95.254.573	100,00	78.245.765	100,00	21,74

Fonte: SIAFI

O grupo registrou um avanço horizontal de 21,74%, resultando no aumento de sua representatividade na Classe das Variações Patrimoniais Diminutivas (VPDs), que passou de 8,56% no 3º trimestre de 2024 para 9,51% no mesmo período de 2025. Essa variação foi impulsionada, principalmente, pelos registros relativos aos Termos de Execução Descentralizada (TEDs) destinados ao pagamento de despesas vinculadas à LOAS, efetuados pelo Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) e contabilizados no subgrupo Incorporação de Passivos.

Resultado Patrimonial

O Resultado Patrimonial do período é evidenciado na Demonstração das Variações Patrimoniais, que apresenta as alterações ocorridas no patrimônio, decorrentes ou não da execução orçamentária. Esse resultado é apurado pela diferença entre as variações patrimoniais aumentativas e as diminutivas.



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
3º Trimestre de 2025

Tabela 35: **Resultado Patrimonial**

Em milhares de reais

Classe	3º Trimestre 2025	3º Trimestre 2024	AH (%)
Variação Patrimonial Aumentativa	910.839.006	836.812.071	8,85
Variação Patrimonial Diminutiva	(1.001.344.677)	(914.284.877)	9,52
Resultado Patrimonial	(90.505.671)	(77.472.807)	16,82

Fonte: SIAFI

O Resultado Patrimonial do período apresentou um déficit de R\$ 90,51 bilhões, o que representa um acréscimo de 16,82% em relação ao valor negativo observado anteriormente. Esse resultado se deve, em grande parte, à incorporação de passivos decorrentes da transferência recursos TED, destinados ao pagamento de benefícios previstos na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS).

Nota 17 - Receita da Folha de Benefícios

A Receita da Folha de Benefícios é originada no reconhecimento do direito dos segurados, materializado através do pagamento dos respectivos benefícios pelas Instituições Financeiras (IFs) contratadas pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

A partir de 2010, com a realização do primeiro Pregão da Folha de Benefícios, o INSS passou a ser remunerado pelas IFs por cada benefício pago. O procedimento licitatório, conduzido em conformidade com os princípios da publicidade e da competitividade, foi amplamente discutido em audiências públicas e obteve a aprovação do Tribunal de Contas da União (TCU). Cada pregão possui vigência de cinco anos, sendo obrigatória a realização de novo certame ao término do período de validade contratual.

Inicialmente, a remuneração referia-se apenas aos benefícios provenientes de novas concessões. Em 2011, mediante aditamento contratual, a abrangência foi estendida ao estoque de benefícios em manutenção, consolidando-se a cobertura da integralidade da folha de pagamento administrada pelo INSS.



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
3º Trimestre de 2025

Em março de 2025, iniciou-se a arrecadação relativa ao 4º Pregão nº 39/2024, que contempla os valores apurados a partir da competência de janeiro de 2025. Toda a arrecadação é realizada exclusivamente por meio do código de Guia de Recolhimento da União (GRU) nº 20029-8, sendo o número de referência o elemento utilizado para identificar o respectivo processo licitatório.

A tabela abaixo demonstra a arrecadação da receita do leilão durante o 3º trimestre de 2025 e 2024.

Tabela 36: Receita do Leilão da Folha de Pagamento

Em milhares de reais

Cód. Leilão	3º Trimestre 2025	AV (%)	3º Trimestre 2024	AV. (%)	AH (%)
1º Leilão	55.707	2,77	57.526	3,07	(3,16)
2º Leilão	304.514	15,17	312.481	16,66	(2,55)
3º Leilão	1.153.137	57,44	1.256.190	66,98	(8,20)
4º Leilão	247.903	12,35	0	0,00	Inf
Estoque	246.301	12,27	249.390	13,30	(1,24)
Total	2.007.562	100,00	1.875.588	100,00	7,04

Fonte: SIAFI

O crescimento de 7,04% na arrecadação da Receita da Folha no 3º trimestre de 2025 deve-se, principalmente, ao aumento no recolhimento decorrente do 4º Leilão, o que ocorreu na maior parte devido ao aumento das concessões realizadas no período.

Das receitas oriundas de tarifas, aproximadamente R\$ 1,70 milhão foram pagos por Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), em decorrência de contratações efetuadas nos termos da Instrução Normativa PRES/INSS nº 115, de 3 de maio de 2021.

Destaca-se que, a partir de dezembro de 2024, foi publicada a Emenda Constitucional nº 135, a qual, em seu art. 2º dispõe o seguinte:

Art. 2º O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) passa a vigorar com as seguintes Alterações:

Art. 76. São desvinculados de órgão, fundo ou despesa, até 31 de dezembro de 2032, 30% (trinta por cento) da arrecadação da União relativa às contribuições sociais, sem prejuízo do pagamento das despesas do Regime Geral de



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
3º Trimestre de 2025

Previdência Social, às contribuições de intervenção no domínio econômico, às taxas e às receitas patrimoniais, já instituídas ou que vierem a ser criadas até a referida data.”

A Desvinculação de Receitas da União (DRU) é um instrumento legal que permite ao Poder Executivo utilizar livremente uma parte da arrecadação de determinados tributos, mesmo que originalmente esses recursos estivessem vinculados a áreas específicas.

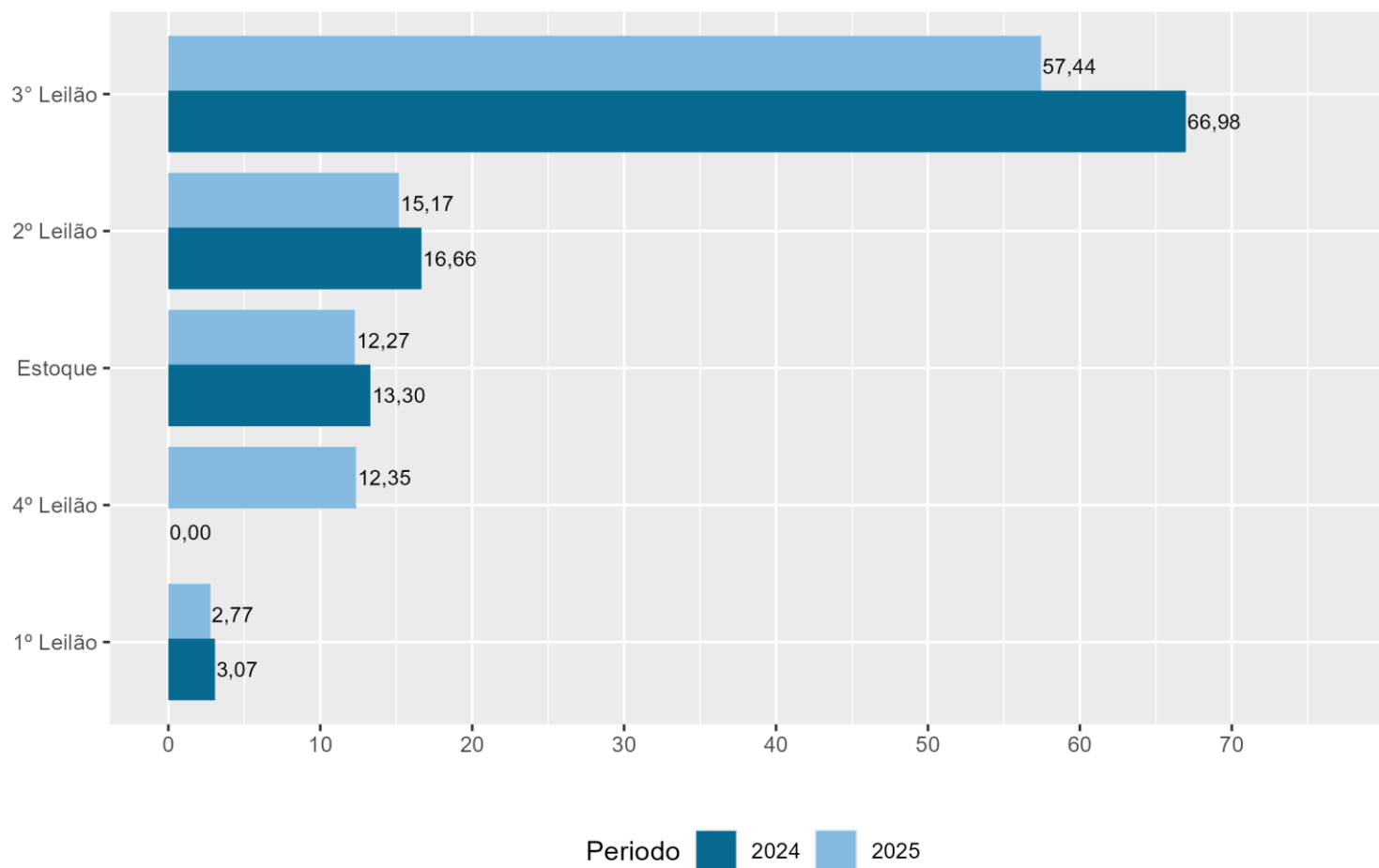
Com a publicação da Emenda Constitucional nº 135/2024, que trata da DRU, houve um impacto direto na receita oriunda da folha de benefícios. A partir de 2025, 70% do valor arrecadado compõe a receita própria da Autarquia, enquanto os outros 30% são direcionados à DRU, sendo recolhidos para a Secretaria do Tesouro Nacional.

O gráfico abaixo demonstra a proporção dos valores arrecadados referente à receita da folha de benefícios no 3º trimestre de 2025 comparado com 2024. Observa-se que o 3º Leilão é o mais significativo em termos de arrecadação.

Gráfico 10 - Composição dos Leilões da Folha de Pagamento



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
3º Trimestre de 2025





Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
3º Trimestre de 2025

Nota 18 - Custo do Consignado

O respaldo legal para cobrança dos custos incorridos pelo INSS nas operações com consignado está na Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003 no qual dispõe sobre a autorização para desconto de prestação em folha de pagamento, delegando ao INSS a competência sobre o valor dos encargos a serem cobrados para ressarcimento dos custos operacionais a ele acarretados.

Art. 6º Os titulares de benefícios de aposentadoria e pensão do Regime Geral de Previdência Social e do benefício de prestação continuada de que trata o art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, poderão autorizar que o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) proceda aos descontos referidos no art. 1º desta Lei e, de forma irrevogável e irretratável, que a instituição financeira na qual recebam os seus benefícios retenha, para fins de amortização, valores referentes ao pagamento mensal de empréstimos, financiamentos, cartões de crédito e operações de arrendamento mercantil por ela concedidos, quando previstos em contrato, na forma estabelecida em regulamento, observadas as normas editadas pelo INSS e ouvido o Conselho Nacional de Previdência Social. (Redação dada pela Lei nº 14.431, de 2022).

§ 1º Para os fins do caput, fica o INSS autorizado a dispor, em ato próprio, sobre:

V - o valor dos encargos a serem cobrados para ressarcimento dos custos operacionais a ele acarretados pelas operações; e

Em 2018 foi emitida a Instrução Normativa IN/PRES/INSS nº 100, de 28 de dezembro de 2018, alterando a IN nº 28/2008, determinando que o INSS realizará o levantamento dos seus custos anualmente e realizará a cobrança junto às Instituições Financeiras.

§ 1º O INSS realizará levantamento anual dos custos operacionais a ele acarretados pelas operações de crédito consignado contratadas.

§ 2º O custo operacional referido no § 1º do caput será fixado em ato próprio do INSS, publicado anualmente, para fins de cobrança às instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil, a partir do exercício de 2019.

§ 3º O INSS poderá, mediante ato conjunto, delegar à Dataprev a operacionalização da cobrança dos custos referidos neste artigo.

§ 4º O valor apurado deverá ser cobrado às instituições e sociedades de arrendamento mercantil no ano da apuração, em doze parcelas mensais, calculadas proporcionalmente ao quantitativo de contratos de empréstimos, financiamentos,



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
3º Trimestre de 2025

cartões de crédito e operações de arrendamento mercantil consignados, mediante retenção por ocasião do repasse dos recursos referentes às consignações respectivas.

§ 5º Os custos específicos, relativos às operações de tecnologia da informação, poderão ser cobrados diretamente pela Dataprev às instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil, na forma a ser definida pelo ato referido no § 2º deste artigo.

Após publicação da IN nº 100/2018 o INSS adotou medidas para regulamentar a cobrança dos custos operacionais incorridos a ele. Para isso foi composto um Grupo de Trabalho denominado GT - Custo do Consignado, composto por uma equipe interdisciplinar envolvendo as diretorias da época, instituído por meio da PORTARIA Nº 477/PRES/INSS, de 08 de abril de 2019 no qual resultou no Processo Administrativo nº 00695.000493/2019-25. Essa Portaria previu a duração do GT em 60 dias com possibilidade de prorrogação, conforme prescrevem o art. 5º e 6º. Esse GT teve como objetivo:

apuração do valor dos encargos a serem cobrados das instituições financeiras para ressarcimento dos custos operacionais decorrentes das operações de empréstimos consignados na folha de pagamento do Instituto Nacional do Seguro Social, bem como para definir a sua forma de cobrança nos exercícios atual e anteriores.

No exercício financeiro de 2019 foi emitida a Portaria nº 477/PRES/INSS, de 08 de abril de 2019, no qual instituiu um grupo de trabalho com o objetivo de apurar os valores dos encargos a serem cobrados das instituições financeiras como forma de ressarcimentos dos custos operacionais incorridos pelo INSS nas operações decorrentes dos empréstimos consignados.

Por meio do grupo de trabalho instituído pela portaria foi estabelecido a metodologia de apuração dos custos a serem ressarcidos e também o início da cobrança. Inicialmente apurou-se o custo dos últimos 5 exercícios financeiros (2014 a 2018). Para isso foi gerado um processo para o custo do exercício de 2018 e outro processo para os custos dos exercícios de 2014 a 2017.

Após esse trabalho inicial, o INSS vem apurando anualmente o custo operacional das atividades relacionados ao consignado com o objetivo cobrar junto às Instituições Financeiras que operaram nesse mercado e que utilizam a folha de pagamento do INSS para oferecer seus serviços.

A Tabela abaixo apresenta a relação dos processos e o período de apuração do custo do consignado.



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
3º Trimestre de 2025

Tabela 37: Relação dos Processos de Apuração do Custo do Consignado

Em milhares de reais

Período	Processo de Apuração	Valor Apurado
2014 A 2017	35000.003325/2019-47	351.768
2018	00695.000942/2019-35	71.869
2019	35014.012905/2020-18	45.289
2020	35014.137238/2021-58	2.288
2021	35014.261311/2022-92	16.638
2022	35014.060205/2023-74	113.777
Total		601.630

Fonte: DADEC

Observa-se na Tabela acima que foram apurados 6 processos do custo do consignado no total de R\$ 601,63 milhões de reais. Parte desse custo foi recebido pelo INSS e outra parcela encontra-se em cobrança.

Importante destacar que algumas Instituições Financeiras impugnaram a cobrança do custo do consignado.

O total dos custos do consignados, cuja cobrança foi impugnada pelas Instituições Financeiras totalizam R\$ 380.668.807,66. Esse valor corresponde 84,82% do total dos Direitos a Receber reconhecidos no Balanço Patrimonial no total de R\$ 448,79 milhões.

A tabela abaixo demonstra os valores dos custos do consignado apurado nos períodos correspondentes, o valor baixado a título de recebimento e o valor a receber registrado no ativo do INSS.



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
3º Trimestre de 2025

Tabela 38: Custos do Consignado Apurado, Recebido e a Receber por Período de Apuração

Em milhares de reais

Período	Processo de Apuração	Processo de Cobrança	Valor Corrido	Valor Recebido	Valor a Recolher
2014 A 2017	35000.003325/2019-47	35014.016106/2019-79	351.768	1.322	350.446
2018	00695.000942/2019-35	00695.000942/2019-35	71.913	71.912	1
2019	35014.012905/2020-18	35014.256091/2020-13	45.421	45.287	133
2020	35014.137238/2021-58	35014.389476/2021-47	2.447	2.446	0
2021	35014.261311/2022-92	35014.523694/2022-06	16.638	16.638	0
2022	35014.060205/2023-74	35014.388530/2023-07	113.777	15.735	98.212
Total			601.964	153.341	448.794

Observa-se na tabela acima que historicamente já foram apurado um total de custo do consignado na ordem de R\$ 601,96 milhões, sendo que foram recebidos 25,47% desse valor, ou seja R\$ 153,34 milhões.

A tabela abaixo conta o saldo a receber registrado no SIAFI.

Tabela 39: Saldo a Receber do Custo do Consignado

Em milhares de reais

Código Conta	Conta	3º Trimestre 2025	Exercício 2024	AH (%)
113814400	Créditos a Receber de Instituição Financeira	448.794	448.794	0

Fonte: DADEC



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
3º Trimestre de 2025

ANEXO I - Percentual Médio de Não Recebimento - Curto Prazo

Tabela 40: Percentual Médio de Não Recebimento

Superintendência	Cod.UG	Cod.Conta	Per.2022	Per.2023	Per.2024	PMNR
Sul	510181	113410103	100,00	100,00	100,00	100,00
Sul	510181	113410104	100,00	100,00	100,00	100,00
Sul	510181	113410110	0,00	100,00	100,00	66,67
Sul	510670	113410104	0,00	100,00	100,00	66,67
Sul	510890	113410102	0,00	100,00	100,00	66,67
Sul	510907	113410103	0,00	100,00	100,00	66,67
Sul	510907	113410104	100,00	100,00	100,00	100,00
Sul	510917	113410102	0,00	100,00	100,00	66,67
Sul	510917	113410103	0,00	100,00	100,00	66,67
Sul	510917	113410104	(0,00)	100,00	100,00	66,67
Sul	510917	113410110	0,00	100,00	100,00	66,67
Sul	510918	113410102	100,00	100,00	100,00	100,00
Sudeste III	512074	113410103	100,00	100,00	100,00	100,00
Sudeste III	512074	113410104	92,79	100,00	100,00	97,60
Sudeste III	512074	113410110	0,00	100,00	100,00	66,67



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
3º Trimestre de 2025

Superintendência	Cod.UG	Cod.Conta	Per.2022	Per.2023	Per.2024	PMNR
Sudeste III	512087	113410103	0,00	100,00	100,00	66,67
Sudeste III	512087	113410104	0,00	100,00	100,00	66,67
Sudeste II	510180	113410103	100,00	100,00	100,00	100,00
Sudeste II	510180	113410104	86,18	100,00	100,00	95,39
Sudeste II	511840	113410103	0,00	100,00	100,00	66,67
Sudeste II	511842	113410104	0,00	100,00	100,00	66,67
Sudeste I	510178	113410101	100,00	100,00	100,00	100,00
Sudeste I	510178	113410103	100,00	100,00	99,52	99,84
Sudeste I	510178	113410104	100,00	99,06	100,00	99,69
Sudeste I	511339	113410103	100,00	100,00	100,00	100,00
Sudeste I	511341	113410103	0,00	100,00	100,00	66,67
Sudeste I	511341	113410104	100,00	100,00	100,00	100,00
Sudeste I	511350	113410103	0,00	100,00	100,00	66,67
Sudeste I	511359	113410103	0,00	100,00	100,00	66,67
Sudeste I	511359	113410104	0,00	100,00	100,00	66,67
Sudeste I	511364	113410101	0,00	100,00	100,00	66,67
Sudeste I	511401	113410104	0,00	100,00	100,00	66,67



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
3º Trimestre de 2025

Superintendência	Cod.UG	Cod.Conta	Per.2022	Per.2023	Per.2024	PMNR
Sudeste I	511425	113410103	100,00	100,00	100,00	100,00
Sudeste I	511441	113410101	0,00	100,00	100,00	66,67
Sudeste I	511446	113410103	0,00	100,00	100,00	66,67
Sudeste I	511446	113410104	0,00	100,00	100,00	66,67
Nordeste	510030	113410104	0,00	100,00	100,00	66,67
Nordeste	510080	113410103	0,00	100,00	100,00	66,67
Nordeste	510510	113410103	100,00	100,00	100,00	100,00
Nordeste	510677	113410103	100,00	100,00	100,00	100,00
Nordeste	510677	113410104	100,00	100,00	100,00	100,00
Nordeste	510760	113410104	0,00	100,00	100,00	66,67
Nordeste	510776	113410104	0,00	100,00	100,00	66,67
Nordeste	510830	113410103	(0,00)	100,00	100,00	66,67
Nordeste	510830	113410104	0,00	100,00	100,00	66,67
Nordeste	511135	113410104	0,00	100,00	100,00	66,67
Nordeste	511195	113410104	0,00	100,00	100,00	66,67
Nordeste	511270	113410104	100,00	100,00	100,00	100,00
Nordeste	511640	113410104	100,00	100,00	100,00	100,00



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
3º Trimestre de 2025

Superintendência	Cod.UG	Cod.Conta	Per.2022	Per.2023	Per.2024	PMNR
Nordeste	511656	113410110	0,00	100,00	100,00	66,67
Nordeste	511669	113410104	100,00	100,00	100,00	100,00
Nordeste	511673	113410103	0,00	100,00	100,00	66,67
Nordeste	511673	113410104	(0,00)	100,00	100,00	66,67
Nordeste	511673	113410110	0,00	100,00	100,00	66,67
Nordeste	511679	113410104	0,00	100,00	100,00	66,67
Nordeste	510677	113410106	100,00	100,00	100,00	100,00
N/C.Oeste	510005	113410103	0,00	100,00	100,00	66,67
N/C.Oeste	510120	113410102	100,00	100,00	100,00	100,00
N/C.Oeste	510421	113410101	0,00	100,00	100,00	66,67
N/C.Oeste	510421	113410110	0,00	100,00	100,00	66,67
N/C.Oeste	510678	113410103	100,00	100,00	0,00	66,67
N/C.Oeste	512035	113410103	100,00	100,00	100,00	100,00
DC	512016	113410101	100,00	0,00	0,00	33,33

Fonte: SIAFI

Note que em algumas superintendências o percentual de não recebimento, entre 2022 e 2024 foi atribuído sem valor. Isso se justifica face que não houve registros contábeis de recebimentos nas respectivas UGs e suas contas contábeis.



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística - DIROFL
Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade – CGOFC
Coordenação de Contabilidade – CCONT

Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
3º Trimestre de 2025



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
3º Trimestre de 2025

ANEXO II - Percentual Médio de Não Recebimento por Superintendência - Curto Prazo

Devido à reestruturação das unidades descentralizadas ocorridas em 2022, as atividades da OFC, que antes eram descentralizadas em cada Gerência Executiva e agora estão centralizadas nas Superintendências, fez-se necessário o cálculo da média por Superintendência por conta da transferência dos saldos dos créditos administrativos das Gerências para as Superintendências.

A tabela abaixo apresenta a média dos percentuais de não recebimento agrupado por Superintendência do INSS:

Tabela 41: Média por Superintendência do Percentual Médio de Não Recebimento

Superintendência	Cód. Órgão	Cód. Conta	Média do Prazo Médio de Não Recebimento
DC	37202	113410101	33,33
N/C.Oeste	37202	113410101	66,67
N/C.Oeste	37202	113410102	100,00
N/C.Oeste	37202	113410103	77,78
N/C.Oeste	37202	113410110	66,67
Nordeste	37202	113410103	80,00
Nordeste	37202	113410104	77,78
Nordeste	37202	113410106	100,00
Nordeste	37202	113410110	66,67
Sudeste I	37202	113410101	77,78
Sudeste I	37202	113410103	80,93



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
3º Trimestre de 2025

Superintendência	Cód. Órgão	Cód. Conta	Média do Prazo Médio de Não Recebimento
Sudeste I	37202	113410104	79,94
Sudeste II	37202	113410103	83,33
Sudeste II	37202	113410104	81,03
Sudeste III	37202	113410103	83,33
Sudeste III	37202	113410104	82,13
Sudeste III	37202	113410110	66,67
Sul	37202	113410102	77,78
Sul	37202	113410103	77,78
Sul	37202	113410104	83,33
Sul	37202	113410110	66,67

Fonte: SIAFI



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
3º Trimestre de 2025

ANEXO III - Percentual Médio de Não Recebimento por Superintendência - Longo Prazo

Para a aplicação dos percentuais nas contas de longo prazo, faz-se necessário um de/para das contas de curto e longo prazo. A tabela abaixo apresenta a aplicação do MPMNR no saldo contábil no 3º trimestre de 2025 no órgão INSS referente às contas de longo prazo.

Tabela 42: Média por Superintendência do Percentual Médio de Não Recebimento Longo Prazo

Superintendência	Cód. Órgão	Cod. Conta	Média do Percentual Médio de Não Recebimento
DC	37202	121210401	33,33
N/C.Oeste	37202	121210401	66,67
N/C.Oeste	37202	121210402	100,00
N/C.Oeste	37202	121210403	77,78
N/C.Oeste	37202	121210410	66,67
Nordeste	37202	121210403	80,00
Nordeste	37202	121210404	77,78
Nordeste	37202	121210406	100,00
Nordeste	37202	121210410	66,67
Sudeste I	37202	121210401	77,78
Sudeste I	37202	121210403	80,93
Sudeste I	37202	121210404	79,94
Sudeste II	37202	121210403	83,33



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
3º Trimestre de 2025

Superintendência	Cód. Órgão	Cod. Conta	Média do Percentual Médio de Não Recebimento
Sudeste II	37202	121210404	81,03
Sudeste III	37202	121210403	83,33
Sudeste III	37202	121210404	82,13
Sudeste III	37202	121210410	66,67
Sul	37202	121210402	77,78
Sul	37202	121210403	77,78
Sul	37202	121210404	83,33
Sul	37202	121210410	66,67

Fonte: SIAFI

A tabela abaixo apresenta a aplicação da Média do Percentual Médio de Não Recebimento no saldo contábil do 3º trimestre de 2025 no órgão INSS referente às contas de longo prazo.

COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE
COORDENAÇÃO-GERAL DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE
DIRETORIA DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E LOGÍSTICA
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL